

# ***Relatório e Contas***

**Banif Açor Pensões – SGFP, S.A.**

***2009***

**Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.**

Capital Social € 1.850.000

Contribuinte n.º 512 029 253

Registo C.R.Comercial de Ponta Delgada

Sede Social: Largo da Matriz, 45, 9500-118 Ponta Delgada

Escritório: Rua Tierno Galván, Torre 3, 14º, 1070-274 Lisboa

## *Índice*

<b>Mensagem aos Accionistas</b>	<b>5</b>
<b>Relatório do Conselho de Administração</b>	<b>7</b>
<b>1. Enquadramento Macroeconómico</b>	<b>8</b>
1.1 Conjuntura Internacional	8
1.2 Conjuntura Nacional	14
1.3 Mercados	16
1.3.1 Situação Global	16
1.3.2 Mercado de Retalho e de Empresas	17
1.3.3 Mercados Monetário e Cambial	18
1.3.4 Mercado de Obrigações	19
1.3.5 Mercado de Acções	21
<b>2. Actividade da Empresa</b>	<b>23</b>
2.1 Análise Retrospectiva	23
2.2 Perspectivas para 2010	48
<b>3. Análise do Balanço e Demonstração de Resultados</b>	<b>50</b>
<b>4. Proposta de Aplicação de Resultados</b>	<b>52</b>
<b>5. Nota Final</b>	<b>53</b>
<b>6. Demonstrações Financeiras</b>	<b>54</b>
6.1 Balanço	54
6.2 Demonstrações dos Resultados	55
6.3 Demonstração de Variações no Capital Próprio	56
6.4 Demonstrações dos Fluxos de Caixa	57
6.5 Anexo às Demonstrações Financeiras	58
<b>Anexos ao Relatório e Contas</b>	<b>68</b>
<b>Relatório e Parecer do Fiscal Único e Certificação Legal das Contas</b>	<b>75</b>

## ***Orgãos Sociais***

---

### ***Assembleia Geral***

**Engº José Manuel Almeida Braz** *Presidente*  
**Drª. Vanda Maria Marcelino Melo** *Secretário*

### ***Conselho de Administração***

**Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes** *Presidente*  
**Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques** *Vice-Presidente*  
**Dr. Carlos Alberto Rodrigues Ballesteros Amaral Firme** *Vogais*  
**Dr. Luís Filipe Saramago Carita**  
**Dr. Carlos Eduardo Pais e Jorge**  
**Dr. Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos**  
**Dr. Pedro Brandão Melo Castro**

### ***Fiscal Único***

**Dr. Manuel Luís Branco** *Efectivo*  
em representação de UHY & Associados, SROC, Lda  
**Dr. António José Pereira da Silva** *Suplente*  
em representação de A. Jacinto e Pereira da Silva, SROC, Lda

### ***Secretário da Sociedade***

**Dra. Ângela Maria Simões Cardoso Seabra Lourenço** *Efectivo*  
**Dr. Tiago dos Santos Matias** *Suplente*

### ***Comissão de Accionistas***

**Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos** em representação de  
**Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.**  
**Engº Diogo António Rodrigues da Silveira** em representação de  
**Companhia de Seguros Açoreana, S.A.**  
**Dr. Carlos David Duarte de Almeida** em representação de  
**Banif - Banco de Investimento, S.A.**

## ***Mensagem aos Accionistas***

---

A actividade de gestão de activos foi bastante afectada, até Março de 2009, pela conjuntura muito adversa dos mercados financeiros, a qual conduziu a uma aversão generalizada ao risco por parte de todos os segmentos de clientes. A partir de Abril verificou-se uma melhoria progressiva deste enquadramento, à medida que os preços dos activos financeiros em geral foram recuperando e as taxas de juro dos depósitos foram descendo para mínimos históricos, reforçando fortemente a atractividade das aplicações em veículos de investimento colectivo.

A Banif Açor Pensões manteve a ênfase na procura de factores de diferenciação e de valor acrescentado para a actividade de gestão de fundos de pensões, expressa no desenvolvimento de novos serviços e o reforço da sua qualidade, privilegiando a proximidade junto dos seus clientes, num contexto de mercado particularmente adverso.

No termo do exercício de 2009 a Banif Açor Pensões mantinha o 10º lugar do ranking do mercado português no que respeita ao volume de activos sob gestão, com uma quota de mercado de 1,23%, a qual compara com a quota de 1,22% alcançada em 2008 e de 1,00% em 2004.

O montante de activos geridos pela Sociedade registou no final de 2009 um acréscimo para 269 milhões de euros, o que representa um crescimento de 9,03% face a Dezembro do ano transacto e de 77,40% nos últimos 5 anos e compara com o crescimento do mercado, no mesmo período, de 44%.

O Resultado Líquido obtido pela Sociedade cifrou-se em 132 milhares de Euros, contra 126 milhares no ano anterior, o que representou um acréscimo de 4,8%. O retorno sobre os capitais próprios no exercício foi de 3,6%.

O novo exercício continuará a ser um desafio de gestão, devido fundamentalmente à situação económica nacional, que condiciona as decisões de constituição de novos Fundos de Pensões. A Sociedade continua a investir fortemente no seu desenvolvimento, nomeadamente nas áreas de controle de risco, serviço e certificação, não só como resposta às novas exigências de supervisão e regulação do mercado com também com o objectivo sempre presente de acrescentar um valor relevante e diferenciador ao serviço global que oferece.

O contínuo investimento na qualidade do serviço disponibilizado aos clientes, fundamentalmente ao nível da informação de gestão e dos respectivos suportes de divulgação e

interface relacional com os Participantes, Beneficiários e Pensionistas, continua a ser um objectivo prioritário, sendo de assinalar a operacionalização, já no início de 2010, do novo site relacional da Sociedade, integrado no site do Grupo Banif e já divulgado a todos os Associados, Participantes e Beneficiários.

Sem prejuízo da captação de novos clientes e mandatos, a dinamização dos actuais planos de pensões, designadamente os de âmbito socioprofissional, continua também a ser um dos principais objectivos comerciais, a par da abordagem integrada de clientes do Grupo, reforçando as parcerias estratégicas com as Direcções Comerciais das várias empresas do Grupo Banif.

  
**Artur Manuel da Silva Fernandes**  
Presidente do Conselho de Administração

**Relatório  
do  
Conselho de Administração**



*Handwritten signatures and initials:*  
Jm.  
[Signature]  
[Signature]  
[Signature]  
AS  
PAC  
[Signature]

## **1. Enquadramento Macroeconómico**

### **1.1 Conjuntura Internacional**

O ano de 2009 foi caracterizado por uma profunda recessão mundial, com as maiores quebras da actividade e comércio globais desde a Segunda Guerra Mundial. A recessão atingiu sobretudo a maioria das economias avançadas, as quais apresentaram uma quebra do PIB de cerca de 3,4%, enquanto que as economias emergentes e em desenvolvimento conseguiram atingir um crescimento moderado, de cerca de 1,7%, com o maior desempenho a ser obtido pelas economias chinesa (+8,5%) e indiana (+5,4%).

O ano de 2009 ficou igualmente marcado pela implementação de planos de estímulo à economia global e medidas de apoio ao sistema financeiro, que incluíram fortes apoios por parte dos governos e cortes significativos nas taxas de juro pelas autoridades monetárias, nomeadamente o Banco Central Europeu (BCE) e a Reserva Federal americana (FED), para níveis historicamente baixos.

O padrão intra-anual do crescimento mostra diferenças marcadas, com a actividade global a apresentar um recuo de 6,5% no primeiro trimestre do ano e um crescimento de cerca de 3% no segundo trimestre, que se terá reforçado ao longo do segundo semestre. A forte queda da actividade no primeiro trimestre está relacionada com os receios generalizados de colapso do sistema financeiro e a consequente paragem do crédito, devido às restrições de liquidez dos bancos. Na Europa, os receios de uma crise financeira mais severa nas economias de Leste, e de contaminação do sistema financeiro de todo o continente, justificaram intervenções por parte do FMI, incidindo sobretudo no sector bancário.

Os Bancos Centrais reagiram rapidamente com fortes cortes nas taxas de juro, assim como medidas não convencionais de cedência de liquidez e suporte à concessão de crédito. Os governos encetaram importantes programas de estímulo económico e simultaneamente uma avaliação dos bancos com "stress tests" e apoios com garantias e injeções de capital. No final do primeiro trimestre do ano de 2009 começaram a surgir dados económicos favoráveis nos Estados Unidos, ilustrados pela recuperação das vendas a retalho, da compra de habitações novas e dos índices de confiança dos consumidores e da indústria, que superaram as expectativas do mercado, sugerindo assim uma primeira estabilização da economia norte-americana. De referir também que o novo pacote da Reserva Federal para compra de activos sustentou o mercado de dívida soberana.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Jm', 'G', 'Jm', 'M', 'AS', 'PAC', and a large 'X'.

No que se refere ao sistema financeiro, o anúncio do novo plano de apoio ao sector bancário por parte do Tesouro norte-americano foi particularmente bem recebido pelos intervenientes do sector, e alguns dos principais bancos de investimento apresentaram melhorias dos resultados trimestrais, passando a traçar cenários e objectivos de melhoria do desempenho operacional para o ano. No entanto, na Europa, o cenário permaneceu negativo, tendo os principais indicadores de confiança chegado mesmo a atingir novos mínimos. Simultaneamente, voltou a intensificar-se a discussão sobre o recurso a medidas de política monetária não ortodoxas.

No segundo trimestre do ano, apesar da manutenção de vários dados económicos em níveis de recessão, nomeadamente os relativos ao mercado de trabalho, os principais indicadores de confiança dos Estados Unidos, Europa e Japão, começaram a inverter a tendência de forte quebra observada desde o último trimestre de 2008, sinalizando um ponto de inversão. De destacar a estabilização progressiva do sector financeiro, que começou a recuperar após a divulgação do teste de cenários ("stress tests") aos bancos americanos, que revelaram necessidades de capital inferiores ao previamente antecipado. Paralelamente, o BCE implementou a maior injeção monetária de sempre, no valor de 446 milhões de euros.

No terceiro trimestre de 2009, a economia global continuou a melhorar, impulsionada pelo forte desempenho das economias asiáticas e uma estabilização ou mesmo uma recuperação modesta no resto do mundo. A recuperação foi liderada, do ponto de vista económico, por uma reanimação da indústria transformadora e uma alteração do ciclo de inventários, que começaram a ser repostos após a forte redução na primeira metade do ano. A gradual recuperação das vendas a retalho, o retorno da confiança dos consumidores e a estabilização do mercado imobiliário foram também aspectos que contribuíram para a progressiva melhoria.

No entanto, nas economias avançadas, os sinais ainda eram débeis, com muitos indicadores a apresentarem tendências contraditórias. Nos EUA, tal foi particularmente visível na continuação do aumento do desemprego, enquanto que na Europa foi mais evidente sobretudo ao nível da produção industrial e dos preços ao consumidor, chegando mesmo a atingir um cenário de ligeira deflação. O Japão apresentou dados favoráveis, nomeadamente em relação à venda de veículos, à produção industrial e às vendas a retalho. Não obstante os principais blocos mundiais terem saído do período de recessão no terceiro trimestre, devido essencialmente aos fortes estímulos de política económica implementados, permaneceu a dúvida relativamente à sustentabilidade do crescimento induzido, com a recuperação da actividade a revelar-se incapaz de gerar emprego.

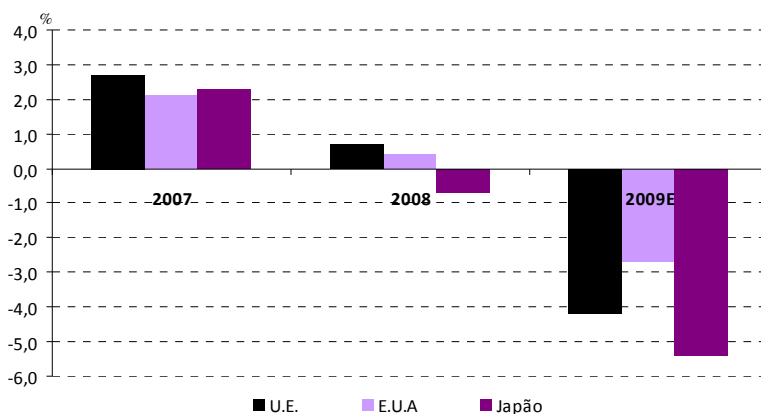
Neste contexto, a indefinição marcou as economias no último trimestre do ano, e os diversos indicadores divulgados evidenciaram sinais contraditórios. Na Europa, o mês de Dezembro ficou

*Handwritten notes:*  
 Jm.  
 G  
 Jm  
 W  
 AS  
 PNC  
 X

marcado pela confirmação por parte da Comissão Europeia de que, em termos técnicos, a recessão tinha terminado na Zona Euro. A Comissão Europeia sublinhou, no entanto, que as perspectivas permaneciam incertas, na medida em que a retoma estava a ser bastante sustentada pelos fortes estímulos concedidos pelos governos e pela política monetária expansionista seguida pela maioria dos bancos centrais.

O comportamento das matérias-primas foi outro factor importante em 2009. Após um ano de 2008 altamente volátil, com os preços do petróleo (que atingiu cerca de 150 dólares por barril) e de outras matérias-primas essenciais a alcançar máximos históricos no Verão, e a descer abruptamente no final do ano, a incerteza era grande para 2009. No final do primeiro semestre, com os primeiros sinais de recuperação económica a aparecerem na Ásia (nomeadamente na China), os preços da globalidade das matérias-primas iniciaram um movimento de subida. O petróleo subiu de forma sustentada ao longo da primeira metade do ano, voltando ao patamar dos 70 dólares por barril, mais do dobro em relação aos mínimos de 30 dólares por barril atingidos no início de 2009. No entanto, a volatilidade revelou-se menor à verificada em 2008, com o petróleo a fechar o ano nos 80 dólares por barril. Tal como o petróleo, também outros metais industriais (cobre, zinco, alumínio) registaram valorizações significativas, duplicando as suas cotações face ao início do ano.

**Crescimento do PIB (Taxa de Variação Real)**



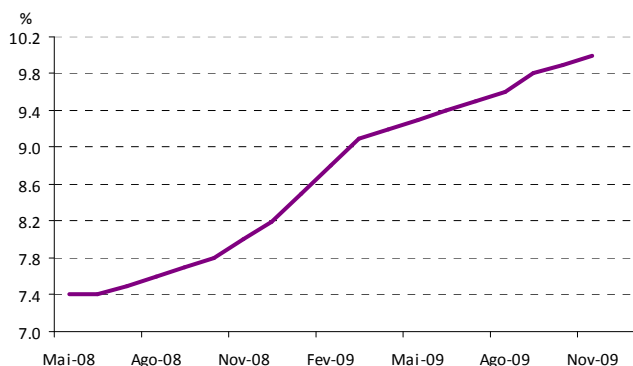
Fonte: Blommborg.

Para a Zona Euro, o FMI estima uma contracção de 4,2% em 2009, implicando uma forte queda face ao crescimento de 0,7% registado em 2008. Embora o padrão de recessão tenha sido generalizado, estima-se que as economias Irlandesa e Finlandesa tenham sido as mais afectadas.

*Handwritten notes:*  
 Jm  
 G  
 Jm  
 W  
 AS  
 PNC  
 \*

De uma forma geral, os dados económicos na zona euro mantiveram-se negativos até Março, altura a partir da qual se começaram a manifestar alguns sinais positivos. O índice de confiança da indústria revelou uma recuperação apesar da produção industrial ter continuado a registar quedas. O indicador de confiança dos consumidores também melhorou, facto a que não será alheia a diminuição do nível de preços. A descida da inflação permitiu que o Banco Central Europeu decidisse continuar o processo de descida das taxas de juro directoras. Finalmente, as difíceis condições para a concessão de crédito continuaram a limitar o investimento privado, contribuindo para que a taxa de desemprego tivesse ultrapassado os 10% (o que compara com 7,8% em 2008) e, conseqüentemente, se verificasse uma contracção adicional no consumo.

**Mercado de Trabalho na Zona Euro (Taxa de Desemprego)**



Fonte: Bloomberg.

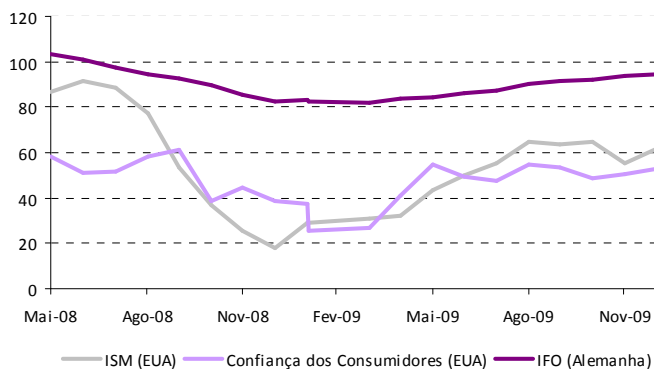
Estima-se que a economia norte-americana tenha registado uma queda de 2,7% em 2009, significativamente abaixo do crescimento de 0,4% registado em 2008. Durante o primeiro semestre de 2009, a produção contraiu-se substancialmente e a taxa de desemprego subiu para níveis não vistos desde o início da década de 1980, aproximando-se dos dois dígitos. Esta situação não impediu, no entanto, que a confiança dos consumidores tivesse mostrado um aumento ao longo do primeiro semestre do ano, mantendo - se contudo a níveis muito reduzidos. No mercado imobiliário, manteve-se a tendência de descida dos preços das habitações, resultado do elevado número de habitações por vender. Em consequência, a Reserva Federal americana adoptou uma política de estímulo ao crescimento económico, recorrendo a variados mecanismos não tradicionais: (i) injeções adicionais de liquidez, (ii) compra de títulos de dívida de longo prazo do governo e (iii) incremento da dimensão dos programas de compra de títulos de crédito no mercado. As políticas de intervenção monetárias, financeiras e fiscais ajudaram a estabilizar a despesa dos consumidores, bem como os mercados financeiro e imobiliário, contribuindo para um crescimento moderado na segunda



*Handwritten signatures and initials:*  
 Jm.  
 G  
 Jm  
 M  
 AS  
 Pmc  
 \*

metade do ano, com os principais índices de confiança, sobretudo de consumidores, a registarem o seu nível mais alto do ano em Dezembro.

### Índices de Confiança



Fonte: Bloomberg.

Os países com um forte cariz exportador, em particular o Japão, sentiram de uma forma muito acentuada os efeitos da crise. Assim, estima-se que a economia Japonesa tenha registado uma contracção de 5,4% em 2009, que compara com um decréscimo de 0,7% em 2008, uma recessão sem precedentes nesta economia. A taxa de desemprego terá subido de 4,0%, em 2008, para 5,4%, em 2009.

No primeiro trimestre de 2009 as exportações da Ásia continuaram a descer velozmente, influenciando de forma significativa o seu comportamento económico. O crescimento do Japão foi assim afectado, não só pela substancial contracção do consumo privado, como também pela tendência descendente das exportações, nomeadamente devido à queda da procura mundial de automóveis (que pesam de forma significativa nas exportações nipónicas). A queda moderou-se durante o primeiro semestre do ano, sobretudo a partir de Março, quando a produção industrial começou a crescer novamente. As vendas a retalho começaram também a recuperar a partir de Abril.

As economias emergentes não permaneceram imunes à crise. No entanto apresentaram um comportamento mais favorável que as economias desenvolvidas e começaram a evidenciar sinais de recuperação mais cedo que os grandes blocos económicos. Esta recuperação deveu-se à ausência de desequilíbrios macroeconómicos significativos, ao forte dinamismo da procura interna, à conjuntura positiva nos mercados das matérias-primas e ao facto do sistema financeiro ter uma reduzida exposição a activos de alto risco.

*Handwritten signatures and initials:*  
Jm.  
G  
Jm  
M  
AS  
PAC  
A

De acordo com o FMI, a América Latina deverá ter registado uma contracção de cerca de 2,5% em 2009, enquanto que a África terá registado um crescimento de 1,7%. Os países da Europa Central e de Leste e do ex-Bloco soviético tiveram um comportamento muito mais negativo (-5,0% e -6,7%, respectivamente), em virtude do impacto da crise financeira sobre o crédito e as respectivas moedas.

Os países emergentes e economias em desenvolvimento da Ásia também foram afectados pela crise internacional, embora com menor intensidade do que os EUA ou a Zona Euro. O FMI estima que a região tenha registado uma taxa de crescimento do PIB de 6,2%, o que compara com crescimento de 7,6% observado em 2008.

A recuperação deste bloco foi essencialmente suportada pelo sector de produtos electrónicos, que tinha registado uma queda brusca na produção no início da crise. A forte estrutura do sector bancário na região também contribuiu para limitar o impacto da crise financeira. Assistiu-se a um aumento da produção industrial em Hong Kong, Índia, Coreia, Filipinas, Taiwan, e Tailândia. A China liderou a recuperação, cujo PIB terá crescido, de acordo com o FMI, 8,5% em 2009.

No primeiro trimestre de 2009 a região da América Latina e Caribe também mostrou sinais de recessão, com queda acentuada do consumo, investimento e exportações, resultado do agravamento das condições de financiamento externo, deterioração da procura externa da região, e menores remessas dos trabalhadores emigrantes. No entanto, a partir do 2º trimestre a região começou a mostrar sinais de estabilização e recuperação, beneficiando da melhoria das condições financeiras a nível global, do mercado de matérias-primas, e do reforço de políticas de apoio à actividade económica.

A economia brasileira não escapou à crise económica mundial, tendo sido muito afectada no último trimestre de 2008 e nos primeiros meses de 2009 (com uma queda do PIB de -2,1% e -1,6% no primeiro e segundo trimestre, respectivamente), tendo no entanto recuperado no 2º semestre do ano. As estimativas apontam para uma contracção do PIB na ordem de 0,5%-0,7% para 2009, reflectindo a tendência de recuperação observada ao longo do ano, ficando assim muito aquém do crescimento registado nos anos anteriores (5,1% e 5,7% em 2008 e 2007, respectivamente). A componente externa foi a mais afectada, tendo a queda da procura mundial afectado fortemente as exportações. A desaceleração económica originou ainda a redução das receitas fiscais, bem como a um aumento da despesa, que foi ainda incrementada pela implementação de programas de estímulo económico.

*Handwritten signatures and initials:*  
 Jm.  
 G  
 Jm  
 M  
 AS  
 PML  
 A

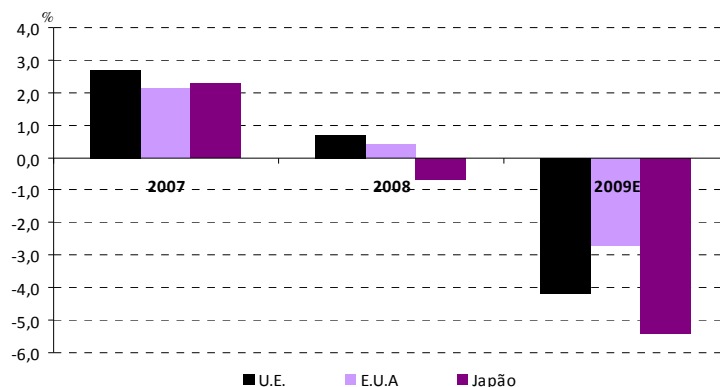
O primeiro semestre foi marcado pela intervenção do governo através do seu plano de estímulo para a economia, com redução de impostos para a venda de veículos e bens dourados, para além de forte redução da taxa de juro de referência. O impacto destas medidas na economia foi sentido a partir do terceiro trimestre do ano. A taxa de juro SELIC foi reduzida de 13,75% ao ano no final de 2008 para 8,75% em Dezembro de 2009, uma taxa nominal não vista na história recente do país. Neste contexto, o Real valorizou-se 24,6% face ao dólar norte-americano em 2009. A moeda norte-americana variou entre o máximo de 2,4473 BRL /USD, em 2 de Março de 2009 e o mínimo de 1,6989 BRL /USD, em 9 de Novembro de 2009. Em 31 de Dezembro de 2009, o Brasil detinha cerca de 239 mil milhões de dólares em reservas internacionais.

No que se refere ao índice de preços do consumidor, a inflação, atingiu os 4,3% (IPCA), ficando abaixo dos valores observados em 2008 (5,9%). O emprego, por seu turno, recuperou na segunda metade do ano, tendo a taxa de desemprego descido de 8,8% em Maio de 2009 para 7,4% na parte final de 2009.

## 1.2 Conjuntura Nacional

A economia portuguesa foi negativamente afectada pelo enquadramento internacional desfavorável ao longo do ano. No entanto, Portugal registou um comportamento acima da média dos países da UEM, em 2009. A razão deste comportamento prende-se com o sistema bancário nacional relativamente saudável, sem exposição relevante a activos tóxicos, a ausência de valorizações excessivas no mercado imobiliário e a diversificação das exportações. De acordo com o Banco de Portugal e o FMI, a economia Portuguesa terá decrescido 2,7% em 2009, o que compara com um crescimento nulo em 2008. De referir também que Portugal parece estar a acompanhar a tendência de recuperação gradual dos restantes países da zona euro.

### Crescimento do PIB (Taxa de variação real)



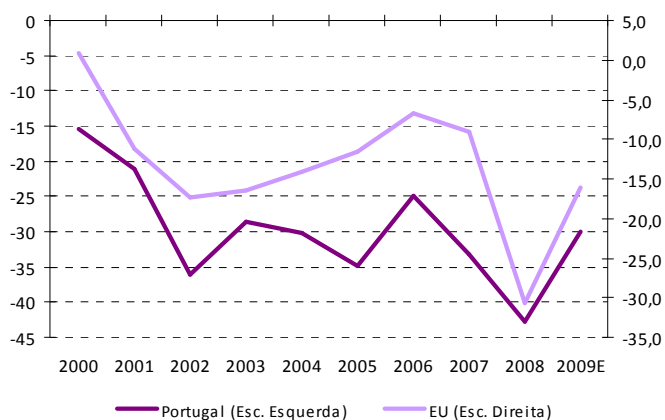
Fonte: Bloomberg.

*Handwritten signatures and initials:*  
 Jm.  
 G  
 Jm  
 M  
 AS  
 PNC  
 A

A taxa de crescimento económico negativa teve por base a forte redução do investimento e consumo privado. A queda do consumo ocorreu no quadro de um aumento do rendimento disponível em termos reais que foi determinado, em grande medida, pelo crescimento das transferências para as famílias, não obstante a forte redução do emprego. De referir ainda o cenário de deflação e o impacto positivo no rendimento disponível decorrente da forte descida das taxas de juro bancárias ao longo de 2009, dada a posição líquida negativa das famílias em termos de activos e passivos que vencem juros. A crescente taxa de desemprego, e o cenário de deflação, que leva a que os consumidores tendem a adiar decisões de consumo na expectativa de obtenção de preços mais baixos, tiveram importantes impactos negativos ao nível do consumo.

No entanto, a partir de Março, e à semelhança do que aconteceu na Zona Euro, os principais indicadores de confiança, quer de consumidores, quer de empresários, inverteram a tendência descendente, embora mantendo-se a níveis historicamente baixos.

### Confiança dos Consumidores



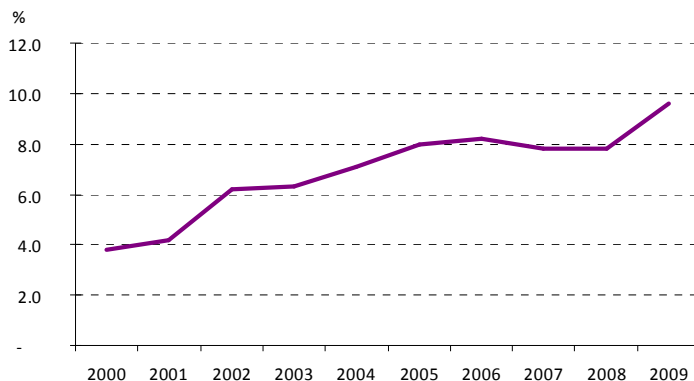
Fonte: Bloomberg.

A taxa de desemprego, por seu lado, deverá ter registado um aumento de 7,6% em 2008 para 9,5% em 2009, tendo os sectores de construção e de indústria transformadora, alojamento e restauração registado a maior de perda de emprego.



*Handwritten notes and signatures:*  
 Jm.  
 J  
 J  
 M  
 AS  
 PNC  
 \*

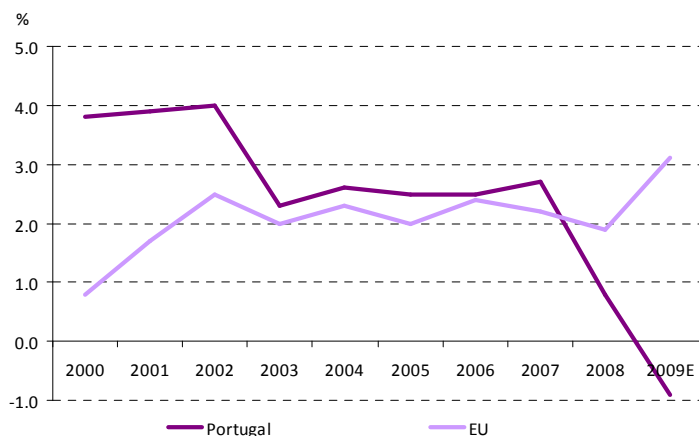
### Taxa de Desemprego (Portugal)



Fonte: Bloomberg.

Quanto à evolução dos preços, registou-se uma queda dos preços média anual de 0,8% em 2009 (de acordo com o INE), o que compara com uma inflação média de 2,7% em 2008.

### Inflação Índice de Preços Harmonizado



Fonte: Bloomberg ; FMI.

## 1.3 Mercados

### 1.3.1 Situação Global

O ano de 2009 foi, à semelhança do ano anterior, um ano particularmente difícil para o sector financeiro. O primeiro trimestre foi especialmente complexo, devido ao prolongamento da fase aguda da crise financeira. A intervenção do Estado, as actuações de política monetária não convencionais e a revisão do quadro regulamentar e dos mecanismos de supervisão, contribuíram para o restabelecimento progressivo da confiança dos agentes económicos. Não obstante, os mercados financeiros apresentaram-se bastante voláteis, mesmo com um

*Handwritten signatures and initials:*  
Jm.  
G  
Jm  
M  
AS  
PAC  
A

desagravamento do clima de aversão ao risco no final do trimestre. O enquadramento económico e financeiro adverso traduziu-se numa evolução muito moderada da actividade bancária na generalidade dos países europeus, verificando-se um abrandamento expressivo nos fluxos de crédito concedido, a par de um aumento dos níveis de incumprimento.

No entanto, ao longo do segundo trimestre, os mercados financeiros apresentaram uma recuperação significativa, beneficiando da ajuda das medidas orçamentais e monetárias de apoio aos mercados. A confiança no sector financeiro começou a inverter a tendência negativa, melhorando as perspectivas de acesso a financiamento pelo sector financeiro. O crédito entre os bancos começou a aumentar lentamente e o aperto à concessão de crédito diminuiu.

No final do ano, verificou-se que as iniciativas de apoio à actividade económica e aos sistemas financeiros implementadas ao longo do ano contribuíram para o retorno de alguma estabilidade nos mercados financeiros e para uma recuperação do clima de confiança dos investidores e dos empresários. Tal estabilização teve subjacente o enorme suporte do sector público e a cedência de liquidez abundante aos mercados interbancários, assinalando uma transferência parcial do risco do sector privado para o sector público e um esforço acrescido sobre as finanças públicas, com fortes restrições e custos.

Portugal não foi excepção, já que tanto o governo como o Banco de Portugal actuaram em conformidade com as decisões tomadas a nível europeu, tendo implementado, de forma coordenada, programas de estímulo à actividade económica e de suporte ao sistema financeiro.

Em termos corporativos e à semelhança do esperado para outros sistemas financeiros da Zona Euro, a capacidade de geração de resultados do sistema financeiro foi afectada pela evolução muito moderada dos volumes de crédito e pelo aumento dos níveis de incumprimento. Alguns grupos financeiros procederam a operações de recapitalização através da emissão de instrumentos financeiros apropriados, mas sem recurso a investimento público.

De referir que o sistema financeiro português apresentou uma elevada capacidade de resistência e de adaptação aos desafios colocados pela crise financeira e económica, cumprindo o seu papel de intermediário principal entre agentes económicos externos e domésticos.

### ***1.3.2. Mercado de Retalho e de Empresas***

A crise financeira internacional reflectiu-se em dificuldades acrescidas no recurso ao financiamento, o que levou a generalidade dos bancos a reavaliar as suas políticas de preços e concessão de crédito durante o ano de 2009. Neste contexto, o ano evidenciou uma tendência de subida sustentada e progressiva dos spreads praticados nas operações activas por parte dos

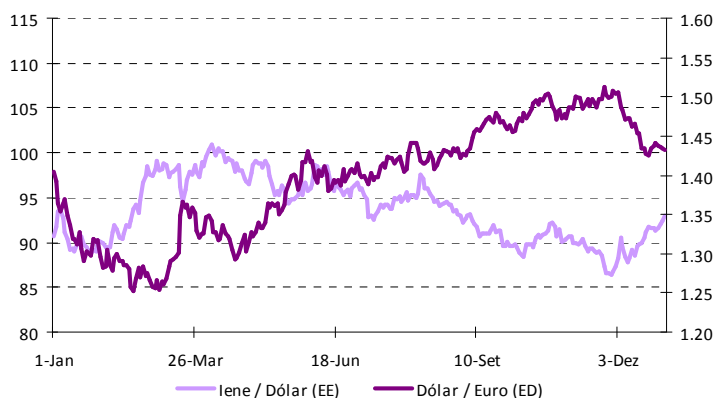
*Handwritten signatures and initials:*  
 Jm.  
 G  
 Jm  
 M  
 AS  
 PNC  
 A

bancos em todos os segmentos de crédito, embora a acentuada queda das taxas Euribor ao longo do ano tenha mitigado significativamente o impacto dessa tendência no cliente final.

### 1.3.3. Mercados Monetário e Cambial

No que respeita aos mercados cambiais, 2009 caracterizou-se pela elevada volatilidade do dólar, registando um máximo de 1,2530 e um mínimo de 1,5134 (apreciação de 20,78% em apenas 9 meses, contra o Euro, terminado o ano em 1,4231 (depreciação de apenas 1,97%). Contrariamente a 2008, os discursos entre as autoridades monetárias convergiram – a Reserva Federal manteve o nível historicamente baixo da sua refi-rate (0-0,25%), o BCE continuou a descida, iniciada no ano anterior, da mesma taxa também para um mínimo histórico (1%), ambos mencionando, no último trimestre, qual seria a estratégia de saída das medidas de emergência, salientando no entanto que estas se manteriam pelo tempo necessário. A valorização do Euro chegou a ser contestada por empresas e alguns Estados da Zona Euro, e a ser apontada como um entrave à recuperação económica e à competitividade das exportações europeias. Quanto ao Iene japonês, este sofreu uma significativa valorização em relação ao dólar, tendo atingido o patamar de 84,81USD/JPY, tendo sido assim uma moeda refúgio no auge da crise.

#### Taxas de Câmbio



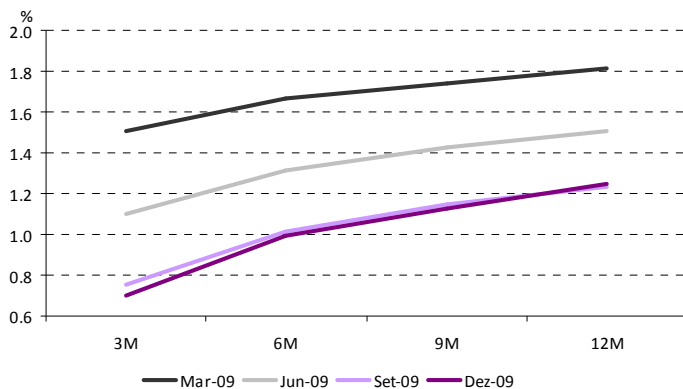
Fonte: Bloomberg.

O mercado monetário interbancário mostrou em 2009 sinais de recuperação, tendo as taxas neste mercados atingindo mínimos históricos. A taxa a 6 meses registou um mínimo de 0,987 e a taxa a 12 meses registou um mínimo de 1,222, estabilizando a partir de meados de Novembro. No entanto, os intervenientes no mercado mantiveram a postura conservadora com que terminaram 2008. Assim, para o conjunto do ano, a taxa a 3 meses viria a cair 192 pontos

Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including a large signature at the top and several initials or smaller signatures below it.

base, para 0,70%; a taxa a 6 meses reduziu-se em 198 pontos base para 0,994% e a taxa a 12 meses caiu 178 pontos base para 1,248%.

### Taxas Euribor



Fonte: Bloomberg.

Passado o pior da crise e perante os sinais de gradual restabelecimento da normalidade, alguns dos principais Bancos Centrais iniciaram a remoção de algumas das medidas extraordinárias de cedência de liquidez. Dentre estes, destaca-se o BCE, que em Dezembro fez a última operação de indexação das operações principais de financiamento a um ano à taxa mínima. O BCE deu assim os principais passos na remoção de estímulos de cariz não convencional. No entanto, reafirmou que continuará a dar suporte às necessidades do sistema financeiro, indicando ainda que o nível actual da taxa de refinanciamento é o adequado.

### 1.3.4. Mercado de Obrigações

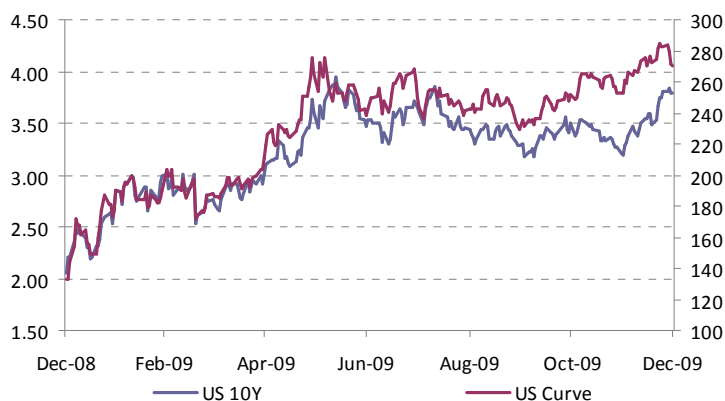
A procura por refúgio por parte dos investidores em obrigações soberanas no final de 2008 levou a uma forte valorização dos mercados de taxa fixa, em particular no quarto trimestre. No entanto, a política monetária prosseguida pelos principais bancos centrais no sentido de ceder ampla liquidez e normalizar o funcionamento nos mercados monetários permitiu que a procura por risco se intensificasse a partir de Março 2009.

A Reserva Federal dos Estados Unidos (FED) manteve sua taxa de referência no intervalo de 0,00 – 0,25% ao longo de todo o ano, assim como discurso de que não tencionava retirar o excesso de liquidez no curto prazo. A taxa de rentabilidade das obrigações a dez anos subiu 173 pontos base, fixando-se em 3,79% no final do ano. O diferencial entre as taxas de rendimento a dois e dez anos aumentou 104 pontos base, visto que, em resposta às indicações do FED, as taxas de curto prazo não subiriam.



*Handwritten signatures and initials:*  
 Jm.  
 G  
 Jm  
 M  
 AS  
 PNC  
 A

### Obrigações do Tesouro dos Estados Unidos



Fonte: Bloomberg.

O Banco Central Europeu reduziu para mínimos históricos, de 1%, a taxa de referência, em Maio de 2009. A taxa de rentabilidade a dez anos da dívida alemã terminou o ano a 3,39%, o que correspondeu a uma variação de 44 pontos base face a 2008. Assim como nos Estados Unidos e pelas mesmas razões, o diferencial entre as taxas de rendimento a dois e dez anos da dívida germânica aumentou em 87 pontos base.

### Obrigações do Tesouro Alemão



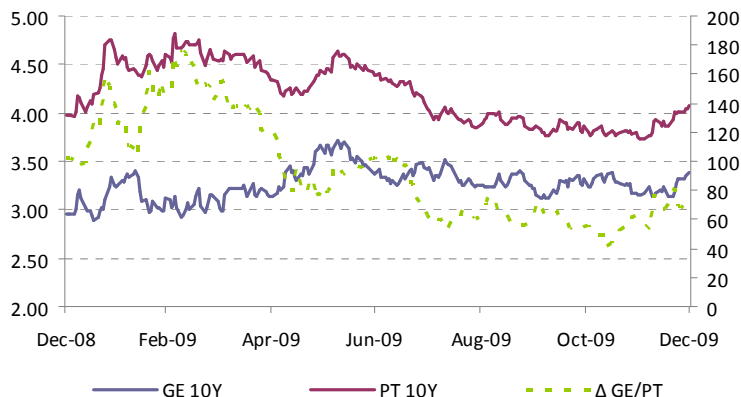
Fonte: Bloomberg.

A dívida portuguesa beneficiou do contexto de progressiva redução da aversão ao risco durante o ano de 2009, principalmente entre Março e Novembro. O diferencial entre a taxa de rendimento a dez anos de uma obrigação portuguesa e uma alemã diminuiu 33 pontos base, atingindo 0,69%. A rentabilidade de uma Obrigação do Tesouro a 10 anos encerrou 2009 com uma taxa de rentabilidade de 4,08%, o que correspondeu a um aumento de 0,10%. A partir de

*Handwritten signatures and initials:*  
 Jm.  
 G  
 Jm  
 M  
 AS  
 Pmc  
 A

Novembro de 2009, a dívida portuguesa sofreu com o contágio da crise vivida pela Grécia e, consequentemente, o custo de sua dívida subiu face a dívida alemã.

**Obrigações do Tesouro: Alemão e Português**



Fonte: Bloomberg.

**1.3.5. Mercado de Acções**

O início do ano de 2009 caracterizou-se pela continuação de fortes quedas nas principais bolsas internacionais, com os mercados a desvalorizarem-se em geral mais do que 20% até ao final do primeiro trimestre. Os receios quanto à magnitude e consequências da recessão económica, assim como as incertezas face aos resultados de empresas relativos ao 1º trimestre do ano, condicionaram o comportamento dos mercados accionistas. A partir do final do primeiro trimestre, um conjunto de factores veio provocar uma inversão de comportamento, dentre os quais a normalização dos mercados de crédito, a implementação de estímulos fiscais, a execução de medidas de política monetária não convencional por parte dos Bancos Centrais, resultados positivos dos bancos americanos, e ainda indicadores económicos avançados a registarem subidas e a surpreenderem positivamente. Este factores vieram provocar, entre Março e Dezembro, valorizações em torno de 60% nos principais índices bolsistas dos países desenvolvidos. De facto, o ano de 2009 acabou por revelar-se um ano de fortes valorizações, com o S&P a valorizar 19,7% e o Eurostoxx a subir 16,6%, tendo os últimos dez meses do ano ficado marcado pelas melhores recuperações bolsistas da história recente. Alguns mercados emergentes, como foi o caso do Brasil, tiveram uma performance ainda mais impressionante (o índice Bovespa valorizou 82,7%).

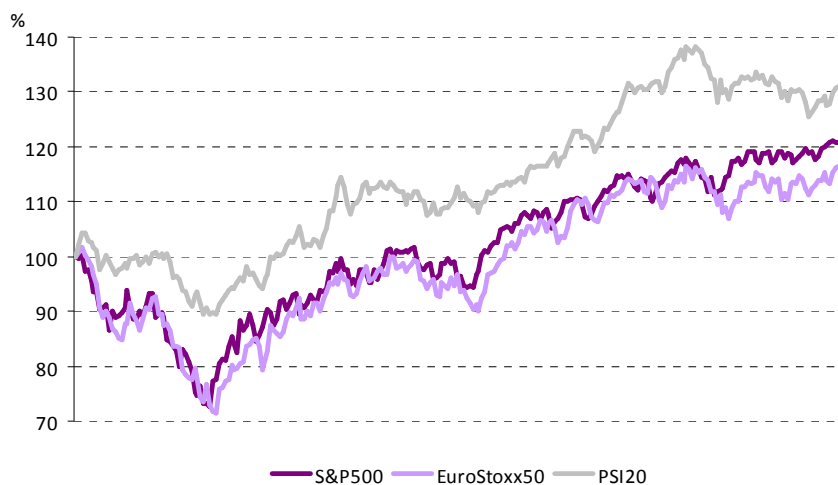
O índice de referência do mercado nacional, o PSI 20, registou uma valorização de 31,4% em 2009, apresentando uma performance bastante superior à dos seus congéneres europeus, beneficiando de ganhos elevados das "small caps". O grupo Sonae liderou as subidas, com a



*Handwritten notes:*  
 Jm.  
 G  
 Jm  
 M  
 AS  
 PNC  
 \*

Sonae SGPS a valorizar 99,08%, apesar dos sectores onde está presente enfrentarem um ambiente económico desafiante, e com a Sonaecoma valorizar 92,24%, beneficiando da especulação sobre a fusão com a ZON. O BCP foi a empresa com o desempenho menos favorável, devido a questões relacionadas com necessidades de capital, valorizando apenas 3,68% no ano, seguido da REN que valorizou apenas 5,82%, devido a uma alteração do perfil de apetite por risco por parte dos investidores.

**Mercados Accionistas**



Fonte: Bloomberg.

Handwritten signatures and initials on the right margin, including 'Jm.', 'G', 'Jm', 'M', 'AS', 'PAC', and a large 'X'.

## **2. Actividade da Empresa**

### **2.1 Análise Retrospectiva**

#### **Mercado**

Nos últimos dois anos assistiu-se a uma crise nos mercados financeiros - sem precedentes desde há muitas décadas - a qual originou níveis praticamente únicos de volatilidade nesses mercados e grandes desvalorizações nos preços de muitos activos reais e financeiros, devido à formação de uma sentimento importante de aversão ao risco, com especial expressão no quarto trimestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009.

As mais variadas classes de activos e estratégias (acções, obrigações, imobiliário, *hedge funds*, etc) registaram um período de fortes quebras e os investidores atravessaram um ciclo de falta de confiança. Este foi-se alterando a partir de Março, quando começaram a surgir evidências de estabilização das condições económicas, reforçando um pouco o sentimento do início de uma lenta e gradual recuperação dos mercados financeiros.

O exercício de 2009 foi assim marcado pela progressiva recuperação da maior crise económico-financeira das últimas décadas. As taxas de rendimento das carteiras de investimento, incluindo as dos Fundos de Pensões, não deixaram de reflectir essa mesma conjuntura apresentando-se, contudo, positivas, no final do exercício. Porém, as perdas verificadas no sector em 2008 ainda não foram totalmente recuperadas. A recuperação económica ainda é incipiente, com os dados mais recentes a mostrarem alguma fragilidade no sentimento dos agentes económicos. A análise das tendências do mercado de trabalho, tanto nos inquéritos qualitativos como nos dados quantitativos do emprego, deverão ser decisivos para determinar a direcção dos mercados no curto prazo.

As entidades de supervisão, à semelhança do ano anterior, mantiveram-se atentas ao comportamento do mercado de fundos de pensões, intensificando de forma significativa a supervisão de conduta de mercado, abrangendo, para além das acções empreendidas de forma regular, um conjunto de áreas que, pela sua natureza, têm impacto no âmbito da protecção dos interesses dos consumidores e relevam para efeito da promoção da boa conduta dos operadores de mercado.

Um dos objectivos prioritários do Instituto de Seguros de Portugal tem consistido em assegurar a definição e a implementação de elevados padrões de conduta por parte dos operadores, com impacto, quer na esfera do relacionamento entre estes e os respectivos clientes, quer em sede de controlo interno e gestão de riscos da entidade em causa. Neste contexto, têm sido



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Jm', 'G', 'Jm', 'M', 'AS', 'PAC', and a large 'X'.

intensificadas as medidas de supervisão, designadamente através da solicitação e análise de informação e documentação.

O exercício foi particularmente activo no que diz respeito às diversas acções de supervisão efectuadas por parte do Instituto de Seguros de Portugal, de modo a aferir do respectivo cumprimento por parte das entidades gestoras, dos respectivos deveres de informação para com os participantes e beneficiários, nomeadamente no que diz respeito, (i) à informação inicial aos participantes, (ii) à informação a prestar ao longo da vigência do contrato aos Participantes e Beneficiários, bem como (iii) à informação respeitante às funções, composição e regras de funcionamento da Comissão de Acompanhamento e de designação dos respectivos membros.

No que diz respeito ao acompanhamento do processo de designação do Provedor dos Participantes e Beneficiários para as adesões individuais aos fundos de pensões abertos, bem como dos regulamentos que enquadram a sua actuação, a Entidade de Supervisão continuou a conduzir e a apreciar os requisitos que regulam a respectiva actividade. Ao abrigo do regime jurídico em vigor, que determina que esta informação seja objecto de divulgação, foram publicadas as recomendações dirigidas às entidades gestoras no sítio da Internet da Entidade de Supervisão e da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios.

Foi mantido o reporte trimestral ao Instituto de Seguros de Portugal, do valor dos resgates verificados nos produtos complementares de reforma, nomeadamente PPR's e PPA's, permitindo à Entidade de Supervisão a continua monitorização da evolução do mercado e daqueles produtos em particular, num ano em que os reembolsos antecipados das participações existentes nos Planos Poupança Reforma (PPR), não tiveram uma expressão tão significativa como no exercício anterior.

Com vista ao reforço do modelo institucional de supervisão financeira, o ano de 2009 ficou marcado pela intenção de reestruturar o actual sistema de regulação e supervisão do mercado, reagrupando e redistribuindo as actuais cometidas ao Banco de Portugal (BdP), Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e Instituto de Seguros de Portugal (ISP), apenas a uma ou duas entidades e, neste ultimo caso atribuindo a uma a supervisão prudencial e outra a supervisão comportamental. O reforço dos poderes de supervisão macro-prudencial do Banco de Portugal foi outra das iniciativas abordadas, tal como o alargamento do seu perímetro de supervisão. Ainda não é conhecida a entidade de supervisão que virá a integrar a CMVM e o ISP.

Para além do reporte trimestral respeitante à evolução das responsabilidades assumidas com pensões de reforma e sobrevivência e outros benefícios pós-emprego dos planos de pensões do sector bancário e o seu financiamento pelos respectivos fundos de pensões, o Banco de

dm  
g  
J  
m  
AS  
PAC  
A

Portugal entendeu ser necessário obter outro tipo de reporte com periodicidade semestral, tendo iniciado em 2009 a realização de testes de esforço (*stress tests*), ferramenta a ser considerada pelas respectivas instituições na respectiva avaliação e gestão de risco.

O objectivo dos *stress tests* é assegurar ao Banco de Portugal que os níveis de solvabilidade e de liquidez são adequados, que as vulnerabilidades específicas relevantes se encontram identificadas, que as instituições têm capacidade para absorver o impacto de acontecimentos adversos e que dispõem de meios para fazer face àquelas vulnerabilidades e a eventuais acontecimentos adversos.

O mercado português de fundos de pensões mantém as mesmas características que o têm definido nos últimos anos, nomeadamente ao nível da respectiva estrutura, composição e fundamentalmente grau de concentração, não se registaram alterações significativas face ao verificado nos últimos anos. Este é um mercado em que os fundos de pensões profissionais mantêm um elevado peso, representando cerca de 97% do montante total dos fundos (2008). Relativamente aos sectores de actividade económica, o peso dos fundos de pensões da banca e dos sectores das comunicações e transportes é evidente, representando cerca de 85% (2008). A importância destes sectores é fortemente influenciada pelo facto da maioria da população não se encontrar abrangida pelo sistema de protecção pública de Segurança Social, funcionando os respectivos fundos de pensões como o 1.º pilar do sistema de protecção social.

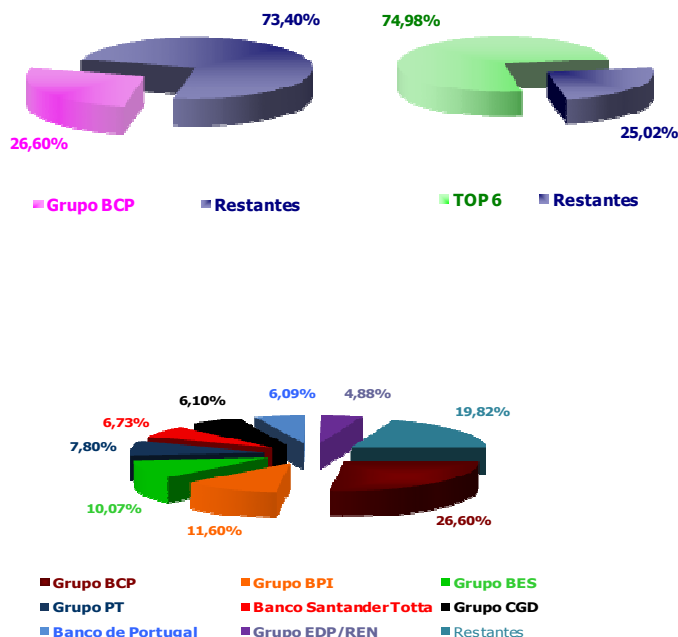
O mercado nacional continua a ser essencialmente constituído por fundos de pensões fechados (94,89%). Dos dados disponíveis de 2009 (ainda provisórios), os seis primeiros Fundos de Pensões Fechados do mercado representavam cerca de 69,2% do montante dos correspondentes activos geridos.

Fundo de Pensões Fechados	Ranking		Valores (M€)		Quota	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Grupo BCP	1	1	5.517	5.310	26,60%	26,67%
Grupo BPI	2	2	2.405	2.096	11,60%	13,02%
Grupo BES	3	3	2.088	1.991	10,07%	9,17%
Grupo PT	4	4	1.618	1.435	7,80%	9,76%
Banco Santander Totta	5	5	1.396	1.392	6,73%	6,70%
Grupo CGD	6	7	1.332	1.137	6,10%	5,60%
Banco de Portugal	7	6	1.263	1.161	6,09%	5,30%
Grupo EDP/REN	8	8	1.012	991	4,88%	5,62%
Restantes			4.111	4.864	19,82%	18,16%
<b>Total</b>			<b>20.742</b>	<b>19.241</b>	<b>99,68%</b>	<b>100,00%</b>

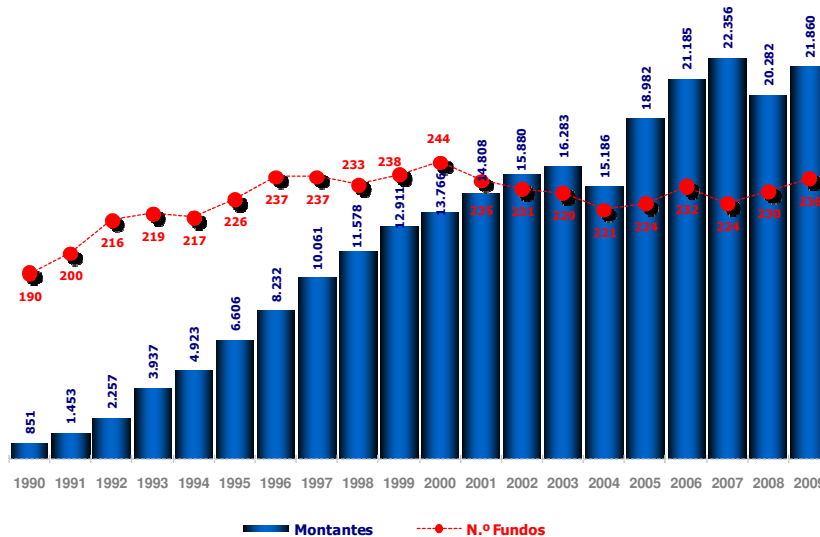
Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Estatísticas de Fundos de Pensões



*Handwritten signatures and initials:*  
 Jm.  
 G.  
 Jm.  
 M.  
 AS  
 PUC  
 A



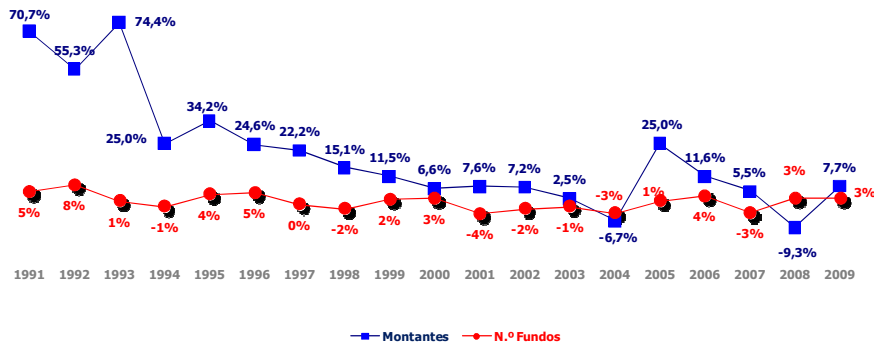
Em 2009, a taxa de crescimento dos montantes sob gestão foi positiva, na ordem de 7,7% (o crescimento registado em 2008 foi de -9,3%). O património dos fundos de pensões nacionais sofreu um crescimento, face à desvalorização observada em 2008, o que é justificado pelo início da recuperação financeira no contexto da maior crise económico-financeira das últimas décadas.



**Evolução do Mercado Nacional de Fundos de Pensões**

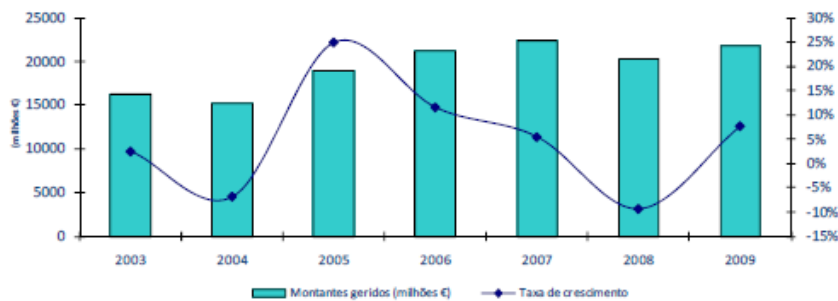
(Valores Monetários em milhões de €)

*Handwritten signatures and initials:*  
 Jm.  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]  
 AS  
 PML  
 [Signature]



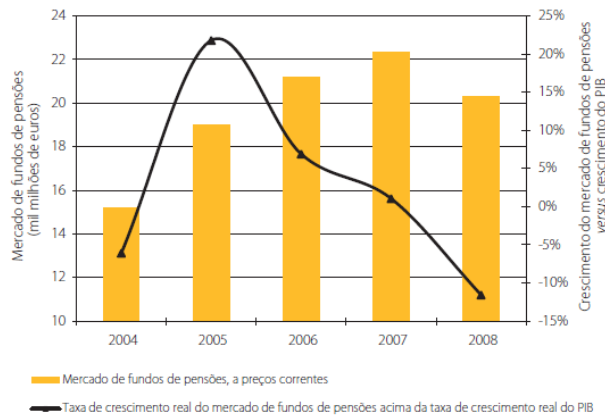
### Variação Anual do Número e do Valor dos Fundos do Mercado Nacional

No contexto da conjuntura económica que marcou 2009, em que o PIB registou um decréscimo na ordem dos -2,46% e a taxa de inflação foi negativa, na ordem dos -0,84%, a taxa de crescimento real dos fundos de pensões foi de 7,7%.



Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Montantes Geridos dos Fundos de Pensões 2009

Em Dezembro de 2009 o mercado era constituído por 236 fundos de pensões e ascendia a 21.859 milhões de Euros de activos sob gestão (valores provisórios), correspondendo a 13,46% do PIB (estimativa). No final de 2008 este montante ascendia a € 20.282 milhões de euros representando sensivelmente os 12,19% do PIB a preços de mercado (PIBpm: 166.436,9 M€).

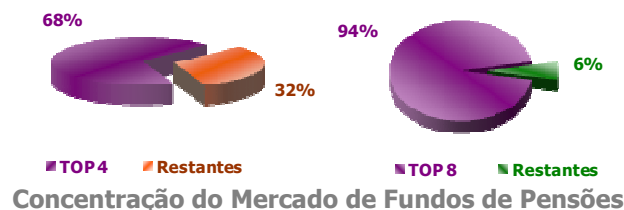


Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório do Sector Segurador e de Fundos de Pensões

*Handwritten signatures and initials:*  
Jm.  
G  
Jm  
M  
AS  
PAC  
A

O comportamento dos fundos de pensões foi necessariamente influenciado pela recuperação sentida no mercado, fundamentalmente a partir de Março de 2009. Os fundos de pensões recuperaram efectivamente valor durante o exercício, reduzindo a necessidade de financiamento por parte dos Associados.

O mercado de fundos de pensões continua concentrado nas quatro primeiras Entidades Gestoras, as quais detêm cerca de 68% do volume de activos. Se forem consideradas as oito primeiras aquele valor aumenta para 94%. A sua base mantém-se estagnada, continuando o mercado a não se expandir.



**Concentração do Mercado de Fundos de Pensões**

Relativamente ao posicionamento das entidades gestoras, registaram-se algumas movimentações, com especial destaque para o acréscimo de 33,1% registado na CGD Pensões, justificável em parte pela transferência da gestão do fundo de pensões Petrogal, anteriormente co-gerido por outras 3 entidades gestoras, nomeadamente a Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A. e BPI Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., subindo uma posição no ranking, passando de 5º para 4º lugar.

A Banif Açor Pensões permanece no 10º lugar do ranking, num ano em que o montante de activos sob gestão registou um acréscimo significativo, em linha com o mercado, por aumento do valor dos activos das carteiras dos fundos. A respectiva quota de mercado subiu para 1,23%.

Entidade Gestora	Ranking		2009				
	2009	2008	N.º de Fundos	Abertos	Fechados	Valores (m€)	Quota de mercado
PensõesGere	1	1	38	9	29	7.092.051	32,44%
BPI Pensões	2	2	33	4	29	3.178.876	14,54%
ESAF F. Pensões	3	3	30	8	22	2.547.042	11,65%
CGD SGFP	4	5	19	4	15	2.100.060	9,61%
Previsão (Grupo PT)	5	4	5	0	5	1.952.868	8,93%
Santander Pensões	6	6	3	1	2	1.397.688	6,39%
SGFP Banco Portugal	7	7	1	0	1	1.262.534	5,78%
Futuro	8	8	15	8	7	1.098.168	5,02%
BBVA Fundos	9	9	9	7	2	391.948	1,79%
<b>BANIF Açor Pensões</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>14</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>269.386</b>	<b>1,23%</b>
Real Vida	11	11	6	1	5	133.672	0,61%
Eurovida	12	12	2	1	1	116.009	0,53%
SGF	13	13	15	8	7	83.189	0,38%
Restantes			46	12	34	236.010	1,08%
<b>Total</b>			<b>236</b>	<b>69</b>	<b>167</b>	<b>21.859.501</b>	<b>100,00%</b>

*Handwritten signatures and initials:*  
Jm  
G  
Jm  
M  
AS  
PAC  
A

Dos 236 fundos de pensões existentes no final de 2009, 167 eram fechados. Dos fundos de pensões abertos, 24 eram PPR, PPR/E e PPE, 4 PPA (estes últimos, igualando 2008, 2007 e 2006) e os restantes 41 fundos, outros fundos abertos, não PPR nem PPA.

Os fundos fechados representavam em 2009 cerca de 94,89% do montante total, contra os 95,05% verificados em 2008, valor que se tem situado consistentemente próximo dos valores observados nos últimos anos. Os fundos abertos, não PPR, nem PPA e os PPR, PPR/E, PPE, PPA, detinham uma representação de 3,14% e 1,91% do montante total, respectivamente.

	Total		Empresas de Seguros				Soc.Gestoras FP's		
	2009	2008	2009		2008		2009		2008
Entidades Gestoras de FP's	28	27	15	14	13	13	13	13	
Número de Fundos de Pensões	Nº	VAR %	Nº	Nº	VAR %	Nº	Nº	VAR %	Nº
	236	2,6%	230	48	4,3%	46	188	2,2%	184
PPR, PPR/E e PPE	24	9,1%	22	2	0,0%	2	22	10,0%	20
PPA	4	0,0%	4	2	0,0%	2	2	0,0%	2
Abertos, excluindo os anteriores	41	13,9%	36	8	14,3%	7	33	13,8%	29
Fechados	167	-0,6%	168	36	2,9%	35	131	-1,5%	133
Montante de Fundos de Pensões	m €	VAR %	m €	m €	VAR %	m €	m €	VAR %	m €
	21.859.132	8,0%	20.242.000	451.000	28,1%	352.000	21.408.132	7,6%	19.890.000
PPR, PPR/E e PPE	418.000	3,7%	403.000	9.000	-10,0%	10.000	409.000	4,1%	393.000
PPA	11.000	22,2%	9.000	1.000	0,0%	1.000	10.000	25,0%	8.000
Abertos, excluindo os anteriores	687.000	16,6%	589.000	14.000	27,3%	11.000	673.000	16,4%	578.000
Fechados	20.743.132	7,8%	19.241.000	427.000	29,4%	330.000	20.316.132	7,4%	18.911.000

Em 2009 o Instituto de Seguros de Portugal autorizou a constituição de 2 fundos de pensões fechados (Groupama Seguros e Generali CCT), 5 fundos abertos não PPR nem PPA (3 da Banif Açor Pensões, 1 da CGD Pensões e 1 da Futuro) e 2 do tipo PPR. A gestão de 3 fundos de pensões fechados (Petrogal, Unicre e Pernod Ricard Portugal) foi transferida de entidade gestora. Foram extintos 3 fundos de pensões fechados, dos quais 1 por liquidação e 2 por transferência para adesões colectivas.

No ranking dos vinte e cinco maiores Fundos de Pensões de 2009, que representam cerca de 88% do total de montantes geridos, o Fundo de Pensões BBKA ocupa o 19º lugar.

Fundo de Pensões	Montante (milhares de euros)	Quota
1º Grupo BCP	5 516 915	25,2%
2º Banco BPI	2 405 336	11,0%
3º BES	2 088 082	9,6%
4º Portugal Telecom/CGA	1 617 939	7,4%
5º Banco Santander Totta	1 395 518	6,4%
6º Pessoal da CGD	1 332 368	6,1%
7º Banco de Portugal	1 262 534	5,8%
8º Grupo EDP	1 011 987	4,6%
9º Montepio Geral	483 458	2,2%
10º Petrogal	308 472	1,4%
11º Grupo BBVA	226 032	1,0%
12º PPR 5 Estrelas	194 535	0,9%
13º Regulam. Marconi	175 411	0,8%
14º Grupo BPN	129 974	0,6%
15º BPI Valorização	126 649	0,6%
16º SCML	112 876	0,5%
17º Banco Popular	110 346	0,5%
18º NAV - EP / SINCTA	109 481	0,5%
19º BBKA	95 088	0,4%
20º Pessoal dos TLP	86 082	0,4%
21º Credit	82 672	0,4%
22º Finibanco	81 409	0,4%
23º Cimpor	80 766	0,4%
24º ES Multireforma	75 253	0,3%
25º GES	69 539	0,3%

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – os 25 maiores fundos de pensões em 2009

*Handwritten signatures and initials:*  
Jm  
G  
Jm  
M  
AS  
PAC  
A

A estrutura empresarial do mercado continua a ser dominada por sociedades gestoras, quer em termos de número, quer de montante de fundos de pensões geridos.

	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Sociedades Gestoras</b>	<b>18.351.367</b>	<b>20.635.366</b>	<b>21.853.029</b>	<b>19.890.000</b>	<b>21.408.132</b>
FP's Fechados	17.417.395	19.498.397	20.621.598	18.911.000	20.316.132
FP's Abertos Não PPR, PPR/E e PPA	492.601	651.711	726.568	578.000	673.000
FP's Abertos PPR, PPR/E e PPA	441.371	485.258	504.863	401.000	419.000
<b>Seguradoras</b>	<b>630.316</b>	<b>549.626</b>	<b>462.270</b>	<b>352.000</b>	<b>451.000</b>
FP's Fechados	593.552	516.999	433.680	330.000	427.000
FP's Abertos Não PPR, PPR/E e PPA	15.468	13.446	12.041	11.000	14.000
PPR, PPR/E e PPA	21.296	19.181	16.549	11.000	10.000
<b>Sociedades Gestoras e Segurado</b>	<b>18.981.683</b>	<b>21.184.992</b>	<b>21.893.767</b>	<b>20.242.000</b>	<b>21.859.132</b>
FP's Fechados	18.010.947	20.015.396	20.662.336	19.241.000	20.743.132
FP's Abertos Não PPR, PPR/E e PPA	508.069	665.157	726.568	589.000	687.000
FP's Abertos PPR, PPR/E e PPA	462.667	504.439	504.863	412.000	429.000

valores em m€

No termo do exercício de 2008 (os dados detalhados do final do ano 2009 ainda não estão disponíveis) o mercado caracterizava-se por:

#### a. Distribuição dos Fundos de Pensões por tipo de Plano de Pensões

No final de 2008 existiam 729 planos financiados por fundos de pensões profissionais, tendo-se registado um crescimento de 12,2% face ao ano anterior. O número de planos de Contribuição Definida manteve a tendência do ano precedente, crescendo cerca de 26%. Este tipo de planos representa mais de metade do número de planos na categoria dos fundos de pensões profissionais. Em relação aos planos de Benefício Definido, manteve-se a tendência de decréscimo verificada de 2007, reduzindo-se em 1%.

	2008					
	Benefício Definido		Contribuição Definida		Total	
	N.º	Montante	N.º	Montante	N.º	Montante
<b>FP Fechados Profissionais</b>	<b>324</b>	<b>19.291</b>	<b>405</b>	<b>379</b>	<b>729</b>	<b>19.670</b>
Fechados	190	18.995	51	286	241	19.281
Abertos (Adesões Colectivas)	134	296	354	93	488	389
<b>FP Fechados Individuais</b>	<b>n.a</b>	<b>n.a</b>	<b>n.a</b>	<b>612</b>	<b>n.a</b>	<b>612</b>
PPR/E e PPA	n.a	n.a	n.a	412	n.a	412
Abertos (Adesão Individual)	n.a	n.a	n.a	200	n.a	200
<b>Total</b>		<b>19.291</b>		<b>991</b>		<b>20.282</b>

valores em M€

A distribuição dos montantes dos fundos por tipo de plano registou um decréscimo superior nos planos de Contribuição Definida (cerca de -6,51% face a 2007) relativamente aos de Benefício Definido (aproximadamente -9,41% face a 2007). Apesar do volume total dos planos de Contribuição Definida ser ainda pouco significativo (4,9%), o seu crescimento mais acentuado parece evidenciar o aumento da importância deste tipo de planos.

*Handwritten signatures and initials:*  
 Jm  
 G  
 Jm  
 M  
 AS  
 PML  
 A

É de salientar o facto de os planos de Contribuição Definida de fundos de pensões profissionais terem registado em 2008 um acréscimo de 28%, o qual, deverá ter ficado a dever-se ao crescimento do montante dos planos de Contribuição Definida financiados por fundos fechados (35,7%), em consequência dos processos de transformação de planos de Benefício Definido para Contribuição Definida.

## b. Participantes e Beneficiários abrangidos

Em 2008, o número de participantes e beneficiários registou, no seu conjunto, um acréscimo de 3%. Os fundos de pensões abrangiam 309.228 participantes e 130.083 beneficiários, o que apresentou uma variação de, respectivamente, 0,8% e 8,6% face ao exercício imediatamente anterior. O aumento dos beneficiários será indicativo do aumento de reformas ocorridas durante o exercício, na medida em que se concentraram nos planos de pensões de Benefício Definido, cujo acesso aos correspondentes benefícios está muito correlacionado com as reformas ocorridas no âmbito da Segurança Social.

	2005		2006		2007		VAR %	2008	
	Número	%	Número	%	Número	%		Número	%
<b>Participantes</b>	<b>262.271</b>	<b>69,4%</b>	<b>286.595</b>	<b>70,4%</b>	<b>306.750</b>	<b>71,9%</b>	<b>7,0%</b>	<b>309.228</b>	<b>70,4%</b>
PPR, PPR/E e PPE	63.230	16,7%	71.760	17,6%	75.988	17,8%	5,9%	72.663	16,5%
PPA	2.429	0,6%	2.080	0,5%	1.908	0,4%	-8,3%	1.681	0,4%
Abertos, excluindo os anteriores	48.346	12,8%	56.734	13,9%	73.171	17,2%	29,0%	79.187	18,0%
Fechados	148.266	39,2%	156.021	38,3%	155.683	36,5%	-0,2%	155.697	35,4%
<b>Beneficiários</b>	<b>115.629</b>	<b>30,6%</b>	<b>120.295</b>	<b>29,6%</b>	<b>119.732</b>	<b>28,1%</b>	<b>-0,5%</b>	<b>130.083</b>	<b>29,6%</b>
<b>Total</b>	<b>377.900</b>	<b>100,0%</b>	<b>406.890</b>	<b>100,0%</b>	<b>426.482</b>	<b>100,0%</b>	<b>4,8%</b>	<b>439.311</b>	<b>100,0%</b>

	2008					
	Participantes			Beneficiários		
	Benefício Definido	Contribuição Definida	Total	Benefício Definido	Contribuição Definida	Total
	Número	Número	Número	Número	Número	Número
<b>FP Fechados Profissionais</b>	<b>146.992</b>	<b>52.107</b>	<b>199.099</b>	<b>111.876</b>	<b>3.504</b>	<b>115.380</b>
Fechados	129.336	26.361	155.697	106.868	2.439	109.307
Abertos (Adesões Colectivas)	17.656	25.746	43.402	5.008	1.065	6.073
<b>FP Fechados Individuais</b>	<b>n.a</b>	<b>110.129</b>	<b>110.129</b>	<b>n.a</b>	<b>14.703</b>	<b>14.703</b>
PPRE/E e PPA	n.a	74.344	74.344	n.a	11.393	11.393
Abertos (Adesão Individual)	n.a	35.785	35.785	n.a	3.310	3.310
<b>Total</b>	<b>146.992</b>	<b>162.236</b>	<b>309.228</b>	<b>111.876</b>	<b>18.207</b>	<b>130.083</b>
<b>%</b>	<b>47,5%</b>	<b>52,5%</b>	<b>100,0%</b>	<b>36,2%</b>	<b>5,9%</b>	<b>42,1%</b>

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório do Sector Segurador e de Fundos de Pensões

Os participantes dos fundos de pensões profissionais pertencentes a planos de Benefício Definido têm um peso superior ao dos planos de Contribuição Definida (73,8% vs 26,2%), correspondendo aos fundos fechados a maior participação.

No que diz respeito ao número de beneficiários, existe ainda uma grande concentração nos planos de Benefício Definido, principalmente nos fundos de pensões profissionais.

*Handwritten signatures and initials:*  
Jm.  
G  
Jm  
M  
AS  
PAC  
A

	2008					
	Participantes					
	Benefício Definido		Contribuição Definida		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
<b>Total</b>	<b>146.992</b>	<b>73,8%</b>	<b>52.107</b>	<b>26,2%</b>	<b>199.099</b>	<b>100,0%</b>
Actividade Bancária	67.109	33,7%	13.322	6,7%	80.431	40,4%
Comunicações e transportes	28.236	14,2%	4.869	2,4%	33.105	16,6%
Prod.e Distrib.de electricidade, gás e água	13.078	6,6%	1.011	0,5%	14.089	7,1%
Industria	17.176	8,6%	9.782	4,9%	26.958	13,5%
Actividade Seguradora	8.371	4,2%	499	0,3%	8.870	4,5%
Outras actividades financeiras	1.159	0,6%	166	0,1%	1.325	0,7%
Comércio	6.918	3,5%	7.350	3,7%	14.268	7,2%
Outros	4.945	2,5%	15.108	7,6%	20.053	10,1%

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório do Sector Segurador e de Fundos de Pensões

Relativamente à distribuição por sector de actividade, constata-se que o sector bancário ocupa uma posição de destaque em relação aos restantes, representando cerca de 40,4% do total do número de participantes. Em 2.º lugar encontra-se o sector das Comunicações e Transportes com 16,6%, seguido do sector da Industria, com cerca de 13,5%.

No que diz respeito à distribuição dos Beneficiários por sector de actividade, o sector bancário apresenta ainda a maior concentração de beneficiários nos planos de Benefício Definido, enquanto que nos planos de Contribuição Definida, é apenas responsável por 3,5% do numero dos beneficiários, assumindo um maior relevo os sectores da Industria e Comunicações e transportes, de acordo com a informação disponibilizada pelo Instituto de Seguros de Portugal.

### c. Contribuições e Pensões Pagas

Apesar de a informação respeitante ao final de ano de 2009 não se encontrar disponível, foi possível obter dados relativos ao 3.º Trimestre, no que diz respeito ao montante de pensões pagas e de contribuições efectuadas.

	Contribuições			Pensões Pagas		
	3.º T de 2009	2008	2007	3.º T de 2009	2008	2007
<b>Total</b>	<b>390.366</b>	<b>2.591.266</b>	<b>1.404%</b>	<b>841.162</b>	<b>1.281.000</b>	<b>14,3%</b>
Abertos, incluindo PPR, PPR/E, PPE e PPA	57.336	133.792	-28,1%	54.034	244.000	132,4%
Fechados	333.030	2.457.474	175,5%	787.127	1.037.000	2,1%
						1.016.000

Em 2008, o montante das contribuições cifrou-se em € 2.591 milhões - o que representou um acréscimo de 140,4% face ao exercício anterior – dos quais € 2.457 milhões se destinaram a fundos de pensões fechados, traduzindo o esforço financeiro efectuado por parte dos Associado nos planos de Benefício Definido, que decorre das respectivas necessidades de financiamento resultantes das perdas observadas nos mercados financeiros.

Apesar de 2008 ter sido um ano extraordinário, tendo o nível de contribuições excedido praticamente em dobro o valor registado em igual período de 2007, em termos globais, os valores observados, nos primeiros nove meses de 2009, foram os mais baixos dos últimos 6 anos.

*Handwritten signatures and initials:*  
 Jm.  
 G  
 Jm  
 M  
 AS  
 PUC  
 A

No que diz respeito à distribuição do número de beneficiários e do valor dos benefícios pagos por tipo de plano e por tipo de fundo, o montante dos benefícios pagos em 2008, ascendeu a 1.281 milhões, representando um acréscimo de cerca de 14% face a 2007.

	Benefício Definido		Contribuição Definida		Total	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
<b>FP Fechados Profissionais</b>	<b>111.876</b>	<b>1.102</b>	<b>3.504</b>	<b>13</b>	<b>115.380</b>	<b>1.115</b>
Fechados	106.868	1.026	2.439	11	109.307	1.037
Abertos (Adesões Colectivas)	5.008	76	1.065	2	6.073	78
<b>FP Fechados Individuais</b>	<b>n.a</b>	<b>n.a</b>	<b>14.703</b>	<b>166</b>	<b>14.703</b>	<b>166</b>
PPRE/E e PPA	n.a	n.a	11.393	100	11.393	100
Abertos (Adesão Individual)	n.a	n.a	3.310	66	3.310	66
<b>Total</b>	<b>111.876</b>	<b>1.102</b>		<b>180</b>	<b>130.083</b>	<b>1.281</b>
<b>%</b>		<b>86,0%</b>		<b>14,1%</b>		<b>100,0%</b>

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório do Sector Segurador e de Fundos de Pensões

Os fundos de pensões profissionais de Benefício Definido continuam a ter o maior peso nos montantes pagos, representando cerca de 86% do montante total. Os benefícios pagos pelos planos de Contribuição Definida, possuem um peso reduzido, na medida em que a maturidade destes planos é reduzida e a maior parte se encontra ainda em fase de capitalização.

No que diz respeito à distribuição do número de beneficiários e do valor dos benefícios pagos por tipo de benefícios, a Velhice apresenta o valor mais significativo, cerca de 34% nos planos de Benefício Definido e 36% no total, seguida da Invalidez com 27,1%, dos quais 5,0% dizem respeito a pagamentos a beneficiários de planos de Contribuição Definida.

	Benefício Definido		Contribuição Definida		Total	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%
<b>Total</b>	<b>1.100</b>	<b>100,0%</b>	<b>180</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.281</b>	<b>100,0%</b>
Velhice	374	34,0%	89	49,4%	463	36,1%
Invalidez	300	27,3%	9	5,0%	309	24,1%
Reforma Antecipada / Pré-Reforma	296	26,9%	5	2,8%	302	23,6%
Viuves	72	6,5%	3	1,7%	75	5,9%
Orfandade	3	0,3%	0	0,0%	3	0,2%
Desemprego de Longa Duração ou doença grave	0	0,0%	3	1,7%	3	0,2%
Outro (1)	55	5,0%	71	39,4%	126	9,8%

(1) Reembolso efectuado fora das condições anteriores, relativo a valores existentes em contas individuais de participantes de fundos de pensões fechados

valores em M€

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório do Sector Segurador e de Fundos de Pensões

A distribuição dos benefícios pagos pelos planos de Benefício Definido é muito semelhante à distribuição global (34,0% vs 36,1%). Relativamente aos planos de Contribuição Definida, os pagamentos efectuados pelo motivo de Velhice representam quase 50% do total efectuado por este tipo de planos. Destaca-se, ainda, nos planos de Contribuição Definida, os 39% existentes na categoria de Outros, os quais resultam essencialmente dos reembolsos nos fundos PPR/E e dos vencimentos dos capitais nas adesões individuais a fundos abertos, respectivamente 62% e 31% do Total da respectiva categoria.

*Handwritten signatures and initials:*  
Jm.  
G  
Jm  
M  
AS  
PAC  
A

Em 2008, o montante das pensões pagas correspondia a 6,3% do valor do mercado de fundos de pensões, registando uma variação de -6,09% face a 2007.

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	3.º Trimestre 2009
Valor dos benefícios pagos	891	927	931	950	953	1.074	1.155	1.281	841
Valor dos fundos de pensões	14.808	15.880	16.283	15.186	18.982	21.185	22.356	20.282	21.552
	6,0%	5,8%	5,7%	6,3%	5,0%	5,1%	5,2%	6,3%	3,9%

valores em ME

#### d. Distribuição dos Planos de Pensões Profissionais por tipo de Planos de Pensões e Sectores de Actividade e respectivos níveis de financiamento

No que diz respeito à distribuição dos fundos de pensões profissionais por tipo de sector de actividade dos associados, os sectores predominantes mantêm-se historicamente os mesmos. O sector bancário e o das comunicações e transportes, representam, no seu conjunto, 85% do valor total deste tipo de planos. Relativamente ao planos de Contribuição Definida, apesar do sector bancário ser o predominante, com cerca de 27,4%, os sectores da indústria e o do comércio e outros serviços, começam assumir um peso relevante, 44% no seu conjunto.

	Benefício Definido		Contribuição Definida		Total	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%
<b>Total</b>	<b>19.291</b>	<b>100,0%</b>	<b>379</b>	<b>100,0%</b>	<b>19.670</b>	<b>100,0%</b>
Actividade Bancária	14.534	75,3%	104	27,4%	14.638	74,4%
Comunicações e transportes	1.958	10,1%	50	13,2%	2.008	10,2%
Prod.e Distrib.de electricidade, gás e água	1.107	5,7%	17	4,5%	1.124	5,7%
Industria	696	3,6%	78	20,6%	774	3,9%
Actividade Seguradora	362	1,9%	3	0,8%	365	1,9%
Outras actividades financeiras	91	0,5%	1	0,3%	92	0,5%
Comércio	157	0,8%	53	14,0%	210	1,1%
Outros	386	2,0%	73	19,3%	459	2,3%

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório do Sector Segurador e de Fundos de Pensões

Em 2008, o nível de financiamento dos fundos de pensões fechados que financiam planos de pensões de Benefício Definido ou Mistos era, em termos agregados, de 107% (116% em 2007). O nível de financiamento médio era de 99%.

	Cenário	
	Financiamento	Mínimo de Solvência
<b>Total Agregado</b>	<b>99%</b>	<b>107%</b>
Actividade Bancária	103%	107%
Comunicações e transportes	69%	75%
Prod.e Distrib.de electricidade, gás e água	101%	168%
Industria	99%	112%
Actividade Seguradora	102%	107%
Outras actividades financeiras	104%	115%
Comércio	98%	106%
Outros	90%	103%

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório do Sector Segurador e de Fundos de Pensões

Num ano (2008) assinalado por uma importante perda de valor patrimonial dos fundos de pensões e consequente redução do nível de financiamento dos planos, os Associados optaram por recorrer a diferentes alternativas face às exigências de cobertura das responsabilidades,

*Handwritten signatures and initials:*  
 Jm.  
 G  
 Jm  
 M  
 AS  
 PNC  
 A

nomeadamente, (i) por recurso a significativas contribuições (sector bancário), (ii) por utilização das margens de segurança que possuam em termos de níveis de financiamento, de modo a acomodar o respectivo impacto, (iii) por constituir planos de amortização, com procura do aumento progressivo do nível de financiamento ou (iv) por refazer os existentes planos de amortização em curso, minimizando no imediato o respectivo impacto financeiro.

No que diz respeito à distribuição do número de planos financiados por fundos de pensões profissionais por tipo de actividade económica e concessão de direitos adquiridos, verifica-se que cerca de 74% dos planos concedem este tipo de direitos, ou seja, independentemente da cessação do vínculo com o Associado, existe aquisição do direito ao benefícios. Os sectores bancário, e de outras actividades financeiras, destacavam-se dos restantes com 86,6% e 100%, respectivamente, dos planos que concedem direitos adquiridos.

Do total de planos de pensões profissionais, cerca de 40% garantem algum tipo de actualização contratual das pensões. Neste caso, o sector segurador congrega a maior percentagem de planos com a referida garantia de actualização, a qual resulta directamente do CCT.

	Direitos Adquiridos		Actualização de Pensões		Planos Contributivos	
	Sim (%)	Não (%)	Sim (%)	Não (%)	Sim (%)	Não (%)
<b>Total (média)</b>	<b>74%</b>	<b>26%</b>	<b>40%</b>	<b>60%</b>	<b>48%</b>	<b>52%</b>
Actividade Bancária	86,6%	13,4%	62,9%	37,1%	45,4%	54,6%
Comunicações e transportes	55,3%	44,7%	59,6%	40,4%	40,4%	59,6%
Prod.e Distrib.de electricidade, gás e água	73,7%	26,3%	10,5%	89,5%	73,7%	26,3%
Industria	56,4%	43,6%	43,6%	56,4%	35,7%	64,3%
Actividade Seguradora	76,8%	23,2%	81,2%	18,8%	13,0%	87,0%
Outras actividades financeiras	100,0%	0,0%	75,0%	25,0%	18,8%	81,3%
Comércio	82,9%	17,1%	17,9%	82,1%	67,9%	32,1%
Outros	62,6%	37,5%	21,6%	78,4%	53,4%	46,7%

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório do Sector Segurador e de Fundos de Pensões

Do total dos planos de pensões, 48% são contributivos, com especial destaque no sector da produção e distribuição de electricidade, gás e água, assumindo a maior percentagem de planos contributivos (73%).

#### e. Composição dos activos dos Fundos de Pensões

A composição dos activos dos fundos de pensões obedece, ao enquadramento regulamentar em vigor, tanto no que diz respeito às normas diversificação e dispersão prudencial como à orientação de investimento de cada fundo em função do tipo de plano e das características da população abrangida.

Em 2008 o valor dos fundos de pensões sob gestão diminuiu 9,3% em resultado da crise financeira mundial. Os fundos de pensões fechados reduziram 8,6%, os fundos PPR/E 19,7% e os PPA, mais atingidos pela queda dos mercados accionistas, cerca de 57%. Os classificados como Outros Abertos, registaram um decréscimo de 20,8%.

*Handwritten signatures and initials:*  
Jm  
G  
Jm  
M  
AS  
PAC  
A

	FP's Fechados		FP's Abertos Não PPR, PPR/E, PPE e PPA		PPR, PPR/E, PPE		PPA		Total	
	M €	%	M €	%	M €	%	M €	%	M €	%
<b>Total</b>	<b>19.280</b>	<b>100,0%</b>	<b>590</b>	<b>100,0%</b>	<b>403</b>	<b>100,0%</b>	<b>8</b>	<b>100,0%</b>	<b>20.282</b>	<b>100,0%</b>
Titulos de dívida pública e equiparados	4.065	21,1%	157	26,6%	144	35,7%	0	0,0%	4.366	21,5%
Obrigações e papel comercial	4.125	21,4%	158	26,8%	145	36,0%	0	0,0%	4.428	21,8%
Acções e títulos de participação	2.541	13,2%	21	3,6%	17	4,2%	8	100,0%	2.587	12,8%
UP's em fundos de investimento	4.416	22,9%	151	25,6%	62	15,4%	0	0,0%	4.630	22,8%
Terrenos e edificios	1.758	9,1%	13	2,2%	8	2,0%	0	0,0%	1.779	8,8%
Depósitos e certificados de depósito	2.627	13,6%	93	15,8%	38	9,4%	0	0,0%	2.758	13,6%
Outros investimentos	-252	-1,3%	-3	-0,5%	-11	-2,7%	0	0,0%	-266	-1,3%

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório do Sector Segurador e de Fundos de Pensões

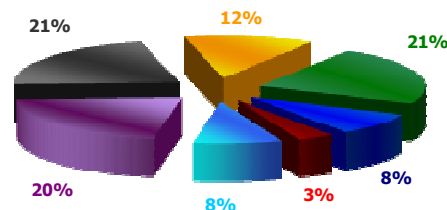
Os fundos de pensões que financiavam planos de contribuição definida foram os que sofreram a maior redução de valor, cerca de 22%, segundo informação disponibilizada pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Da análise das carteiras afectas a planos de pensões, constata-se um acréscimo das aplicações em liquidez.

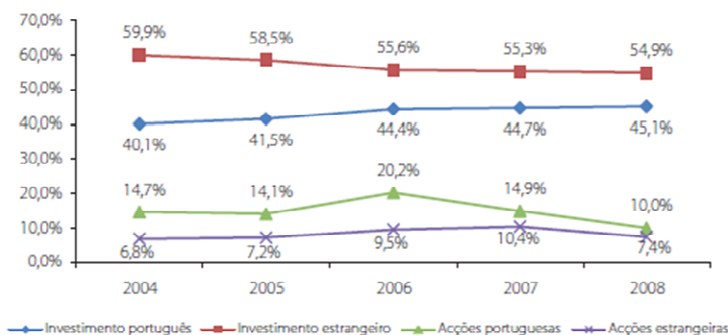
	Benefício Definido		Contribuição Definida		Misto		Total	
	M €	%	M €	%	M €	%	M €	%
<b>Total</b>	<b>19.019</b>	<b>100,0%</b>	<b>806</b>	<b>100,0%</b>	<b>456</b>	<b>100,0%</b>	<b>20.282</b>	<b>100,0%</b>
Titulos de dívida pública e equiparados	3.975	20,9%	269	33,4%	152	33,3%	4.366	21,5%
Obrigações e papel comercial	4.127	21,7%	237	29,4%	67	14,6%	4.428	21,8%
Acções e títulos de participação	2.530	13,3%	42	5,2%	3	0,6%	2.587	12,8%
UP's em fundos de investimento	4.298	22,6%	164	20,3%	181	39,6%	4.630	22,8%
Terrenos e edificios	1.750	9,2%	8	1,0%	0	0,0%	1.779	8,8%
Depósitos e certificados de depósito	2.606	13,7%	98	12,2%	56	12,3%	2.758	13,6%
Outros investimentos	-247	-1,3%	-11	-1,4%	-2	-0,5%	-266	-1,3%

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório do Sector Segurador e de Fundos de Pensões

- Titulos de dívida pública e equiparados
- Obrigações e papel comercial
- Acções e títulos de participação
- UP's em fundos de investimento
- Terrenos e edificios
- Depósitos e certificados de depósito
- Outros investimentos



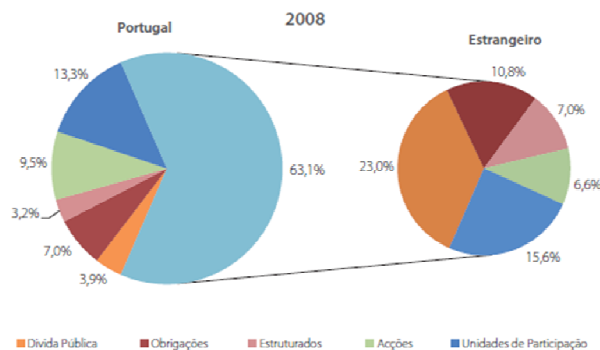
## f. Evolução e origem geográfica dos activos dos Fundos de Pensões



Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório do Sector Segurador e de Fundos de Pensões



*Handwritten signatures and initials:*  
 Jm.  
 G.  
 Jm.  
 M.  
 AS  
 PUC  
 \*



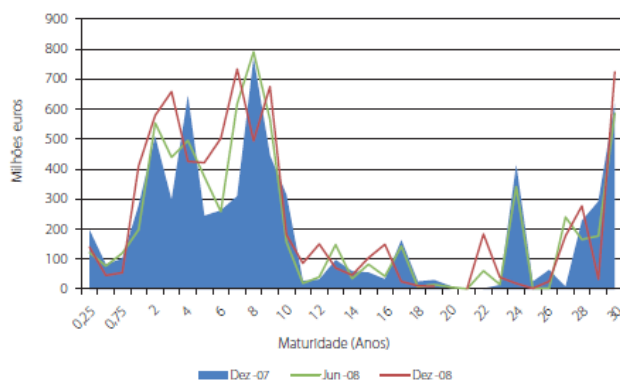
Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório de Seguros e de Fundos de Pensões

Em 2008, o peso relativo a investimentos no estrangeiro manteve-se praticamente inalterado face ao ano anterior. A alteração mais marcante na estrutura geográfica ocorreu na rubrica das acções nacionais, a qual sofreu um decréscimo de 5%, atingido o valor mais baixo nos últimos dez anos.

### g. Análise de Risco

A gestão do risco constitui uma vertente fundamental da gestão dos fundos de pensões, não só pela importância de assegurar, em geral, a solvência dos fundos face às responsabilidades assumidas como pela necessidade de disponibilizar a liquidez suficiente para satisfazer o pagamento dos encargos com pensões, com especial destaque nos fundos de benefício definido. Nos fundos de contribuição definida, fundamentalmente naqueles em que o perfil de risco é previamente tipificado e é factor de escolha por parte dos contribuintes, é igualmente importante controlar de forma apropriada a relação rentabilidade/risco.

Em 2008 as aplicações em instrumentos de dívida dos fundos de pensões registaram, genericamente, uma diminuição na maturidade média ponderada, cuja explicação reside na substituição de obrigações por outras com maturidades residuais mais baixas.

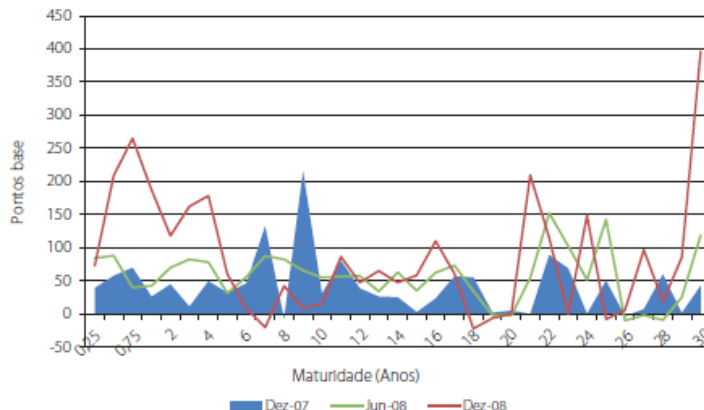


**Estrutura do investimento em instrumentos de dívida por maturidade (2008)**

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório de Seguros e de Fundos de Pensões

Handwritten notes and signatures on the right margin, including initials like 'Jm', 'AB', 'PAC', and a large signature.

Da análise do gráfico abaixo, é observável o acréscimo dos *spreads* dos investimentos face à *yield curve* publicada pelo Banco Central Europeu (*AAA – rated eur area central government bonds*).



**Estrutura do *spread* de rendimento em instrumentos de dívida por maturidade (2008)**

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório de Seguros e de Fundos de Pensões

#### **h. Taxas de rendibilidade e volatilidade dos Fundos de Pensões**

A rendibilidade dos fundos de pensões nacionais varia em função do tipo de fundo e do tipo de plano de pensões. A estrutura das responsabilidades a financiar, a maturidade dos planos obriga a estratégias de alocação de activos adequadas ao cumprimento dos objectivos de gestão dos fundos de pensões.

A evolução dos montantes geridos em 2009, reflectiu a recuperação dos mercados de capitais, sobretudo desde Março, considerando o importante peso dos investimentos em acções e fundos de investimento mobiliário. Os investimentos efectuados pelos fundos de pensões apresentavam, a Setembro de 2009, uma maturidade média elevada de cerca de 9 anos, pelo que a sua evolução foi positivamente influenciada pelo decréscimo das *yields to maturity* ocorrido naquele período.

A conjugação destes factores reflectiu-se na rendibilidade dos fundos de pensões, registando *performances* na ordem dos 7%.

	2006	2007	2008	2009
<b>Mercado de Fundos de Pensões</b>	<b>8,8%</b>	<b>6,3%</b>	<b>-13,9%</b>	<b>8,8%</b>
Fundos de Pensões Fechados	9,0%	6,5%	-14,2%	8,9%
Fundos de Pensões Abertos	5,3%	3,1%	-9,5%	6,7%
Fundos de Pensões PPR/E	4,2%	2,6%	-7,6%	n.d
Fundos de Pensões PPA	29,1%	14,0%	-69,8%	n.d
Outros	5,4%	3,0%	-9,9%	n.d

Fontes:

Instituto de Seguros de Portugal  
Mercer Investment Consulting

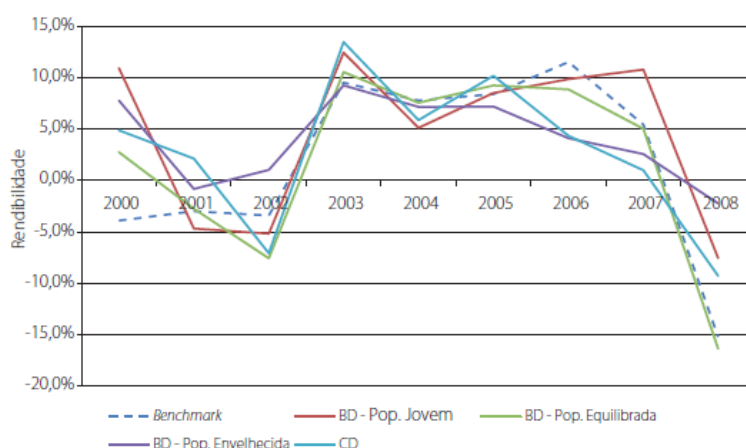
*Handwritten notes:*  
Jm.  
G  
Jm  
M  
AS  
PAC  
A

Analisando as taxas de rentabilidade dos activos dos fundos de pensões fechados por tipo de actividade económica dos associados, é notório constatar o impacto que os três primeiros sectores de actividade económica tiveram nos resultados verificados no ano transacto, apresentando as piores *performances*. Estes sectores representavam cerca de 91% do montante de fundos existentes no mercado. De registar que as rentabilidades obtidas dos fundos de pensões do sector bancário é semelhante à conjuntura de mercado, representando cerca de 74,7% do total de mercado.

	2006		2007		2008	
	Quota de Mercado	Taxa de Rentabilidade	Quota de Mercado	Taxa de Rentabilidade	Quota de Mercado	Taxa de Rentabilidade
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>9,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>6,5%</b>	<b>100,0%</b>	<b>-14,2%</b>
Actividade Bancária	73,0%	9,8%	73,5%	7,7%	74,7%	-14,6%
Comunicações e transportes	12,3%	7,1%	12,2%	3,3%	10,5%	-20,7%
Prod.e Distrib.de electricidade, gás e	6,4%	8,7%	6,3%	4,6%	5,9%	-11,4%
Industria	3,7%	4,6%	3,5%	2,3%	3,6%	-4,9%
Actividade Seguradora	1,6%	5,2%	1,5%	2,3%	1,6%	-4,0%
Outras actividades financeiras	0,7%	3,3%	0,7%	1,9%	0,8%	-4,1%
Comércio	1,3%	4,2%	1,2%	3,0%	1,2%	-6,5%
Outros	1,0%	4,8%	1,0%	2,7%	1,7%	-3,2%

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório de Seguros e de Fundos de Pensões

Os fundos de pensões que financiam planos de benefício definido com população envelhecida apresentaram em 2008 rentabilidades menos negativas, explicado pelas políticas de investimento mais conservadoras. Por outro lado, os fundos que financiam planos de beneficio definido de população jovem, equilibrada e de contribuição definida apresentaram uma maior variação nas taxas de rentabilidade e valores negativos superiores, traduzindo estratégias de gestão na alocação de activos menos conservadoras.



**Evolução da rentabilidade dos fundos de pensões profissionais por tipo de plano de pensões (2000-2008)**

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório de Seguros e de Fundos de Pensões

*Handwritten signatures and initials:*  
 Jm.  
 G  
 Jm  
 M  
 AS  
 PUC  
 A

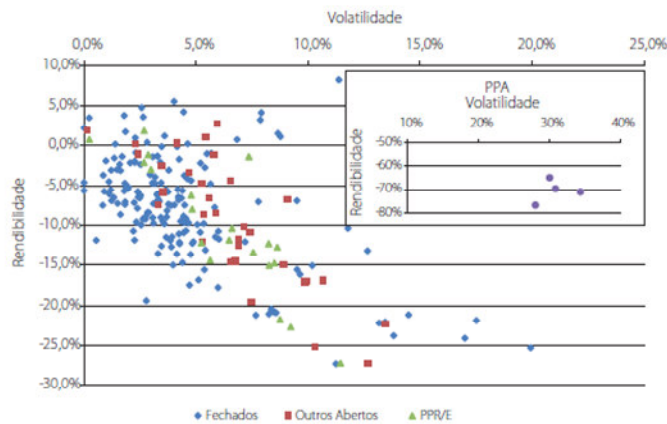
As rendibilidades obtidas em 2008 pelos fundos de pensões profissionais (-14,1% no seu conjunto), que financiam distintos planos de pensões identificados no gráfico, foram respectivamente, -7,6% nos planos de BD Pop jovem, -16,4% nos planos de BD Pop equilibrada, -2,2% nos planos de BD Pop Envelhecida e -9,3% nos planos de Contribuição Definida. Estes planos quando comparados com o benchmark de mercado, obtiveram rendibilidades superiores, na medida em que este indicador de referencia apresentou um valor negativo na ordem dos -15,2%.

Em 2008, o conjunto dos fundos de pensões fechados registou uma volatilidade média, ponderada pelo peso de cada um, de 6,2%, enquanto que os fundos de pensões abertos um registo de 6,1%, o qual representa um acréscimo de variabilidade dos valores das unidades de participação.

	2006		2007		2008		2009	
	Rendibilidade	Volatilidade	Rendibilidade	Volatilidade	Rendibilidade	Volatilidade	Rendibilidade	Volatilidade
Fundos de Pensões Fechados	9,0%	6,6%	6,5%	8,5%	-14,2%	6,2%	8,9%	n.d
Fundos de Pensões Abertos	5,3%	2,5%	3,0%	2,9%	-9,5%	6,1%	6,7%	n.d
Fundos de Pensões PPR/E	4,2%	1,9%	2,6%	2,4%	-7,6%	5,2%	n.d	n.d
Fundos de Pensões PPA	29,1%	12,6%	14,0%	15,4%	-69,8%	31,0%	n.d	n.d
Outros	5,4%	2,6%	3,0%	2,9%	-9,9%	6,3%	n.d	n.d

Instituto de Seguros de Portugal  
 Mercer Investment Consulting

A análise conjunta de rendibilidade e risco (volatilidade), ou seja, a *performance* alcançada ponderada pelo risco incorrido, permite classificar os diversos fundos segundo o nível de ponderação das fontes de risco para a rendibilidade alcançada.

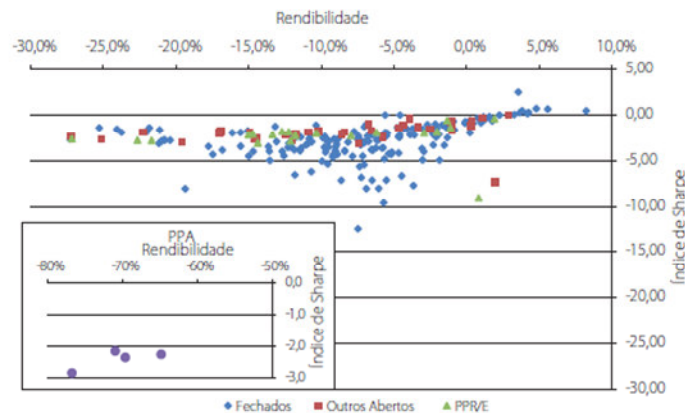


**Rendibilidade e volatilidade dos fundos de pensões (2008)**

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório de Seguros e de Fundos de Pensões



*Handwritten signatures and initials:*  
 Jm  
 G  
 Jm  
 M  
 AS  
 Pmc  
 A



Índice *Sharpe* dos fundos de pensões (2008)

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório de Seguros e de Fundos de Pensões

### i. Práticas do mercado de fundos de pensões

Em 2008 o valor nominal dos produtos derivados utilizados nas carteiras dos fundos de pensões decresceu cerca de 57%, fundamentalmente à custa dos *futuros*, sobre ações e índices accionistas, acompanhando a tendência de redução de investimento em activos expostos a risco accionista, conforme informação disponibilizada pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP).

Também de acordo com o ISP, os *forwards* cambiais continuam a ser os instrumentos financeiros mais utilizados, embora em 2008 tenha sido registado um decréscimo na ordem dos 27%. Os contratos existentes compreendem sobretudo cobertura de posição em USD e GBP.

O valor total de derivados existentes na carteira de activos dos fundos de pensões representava, em 2008, cerca de 9% do total da carteira, confirmado a redução da utilização verificada no exercício face ao anterior.

	2005		2006		2007		2008	
	M €	%	M €	%	M €	%	M €	%
<b>Total</b>	<b>3.609</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.251</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.374</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.902</b>	<b>100,0%</b>
<i>Forwards</i> de divisas	2.392	66,3%	4.120	65,9%	1.949	44,6%	1.419	74,6%
Futuros	936	25,9%	1.653	26,4%	1.706	39,0%	448	23,6%
Outros	281	5,0%	478	7,6%	719	16,4%	35	1,9%

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório de Seguros e de Fundos de Pensões

De acordo com o ISP, os produtos estruturados representavam em 2008 cerca de 36,4% do valor investido em obrigações privadas, dos quais 63% se encontravam expostos a risco de taxa de juro. Relativamente aos produtos estruturados com exposição ao risco de crédito, eram responsáveis por 32%, registando um acréscimo superior ao dobro quando comparado com 2007.

*Handwritten signatures and initials:*  
 Jm.  
 G  
 Jm  
 M  
 AS  
 PUC  
 A

	2006		2007		2008	
	M €	%	M €	%	M €	%
<b>Produtos Estruturados</b>	<b>574</b>	<b>21,5%</b>	<b>1.071</b>	<b>24,8%</b>	<b>1.611</b>	<b>36,4%</b>
Com risco accionista	250	43,6%	40	3,7%	74	4,6%
Com risco de taxa de juro	252	43,9%	796	74,3%	1.021	63,4%
com risco de crédito	69	12,0%	234	21,9%	515	32,0%
Outros	3	0,5%	1	0,1%	1	0,1%

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório de Seguros e de Fundos de Pensões

As empresas continuam pouco receptivas a disponibilizar instrumentos complementares de reforma aos colaboradores, pouco sensíveis aos impactos das alterações à fórmula de cálculo das pensões de reforma e desconhecem as implicações no valor de pensão de reforma atribuível pela segurança social. Mantém-se o sentimento genérico de que a reforma não é uma preocupação no imediato, nem o aforro uma prática, face a uma maior apetência pelo consumo imediato e uma menor disponibilidade para o planeamento da reforma por parte dos cidadãos.

O Novo Código Contributivo da Segurança Social, a entrar em vigor em 1 de Janeiro de 2011, reúne pela primeira vez uma série de legislação avulsa que se encontrava dispersa, concentrando num só diploma as garantias e obrigações contributivas mais relevantes. Uma das alterações previstas, prende-se com o facto de as contribuições para fundos de pensões efectuadas pelas Empresas a favor dos trabalhadores, não serem isentas de contribuições para a Segurança Social, a não ser que só sejam objecto de resgate ou antecipação da correspondente disponibilidade a partir da data de passagem à situação de reforma ou dentro dos condicionalismos específicos legalmente definidos.

### **Banif Açor Pensões**

Em 2009, a Banif Açor Pensões privilegiou a reorganização da sua estrutura operacional em detrimento de uma actividade comercial mais intensa, continuou a apoiar-se das estruturas comerciais do Grupo, sem prejuízo da estratégia de actuação que tem vindo a adoptar, com o objectivo de alargar a base de clientes prospectados e potenciar a aquisição de novos mandatos.

Em 2009 foi obtido, um novo mandato de gestão – a segunda adesão colectiva aos três novos Fundos de Pensões Abertos de comercialização conjunta, Banif Reforma Jovem, Banif Reforma Activa e Banif Reforma Senior.

Os Regulamentos de Gestão dos Fundos de Pensões Abertos Banif Reforma Jovem, Banif Reforma Activa e Banif Reforma Sénior foram alterados em 11 de Novembro de 2009, permitindo que aqueles fundos pudessem vir a admitir adesões colectivas que integrem planos de pensões de qualquer tipo e, ainda, adesões individuais, na medida em que têm sido várias

*Handwritten signatures and initials:*  
Jm.  
[Signature]  
[Signature]  
[Signature]  
AS  
PAC  
[Signature]

as solicitações de transferências de planos de pensões individuais oriundos de outros fundos externos.

Em 2009 a Sociedade submeteu à aprovação do HM Revenue & Customs, 4 Fundos de Pensões, 1 fechado e 3 abertos, de modo a que estes fossem classificados e reconhecidos como Qualifying Recognised Overseas Pension Schemes, tendo-lhes sido atribuído um código identificativo de QROPS, sem o qual não seria possível aceitar transferências de planos de pensões individuais de fundos de pensões existentes e geridos no Reino Unido.

A Sociedade procedeu igualmente à alteração do Regulamento de Gestão do Fundo de Pensões Aberto 'Banif Previdência Privada, PPR', em 2009, em consequência da publicação do Decreto-Lei n.º 125/2009, de 22 de Maio, o qual pretende limitar e uniformizar as designações e os limites das comissões cobradas pelas entidades gestoras e pelos depositários, com o respectivo ajustamento às fases de constituição, permanência, transferência e reembolso dos produtos. O objectivo reside na comparabilidade entre os produtos, introduzindo-se uma maior transparência no mercado, com reflexos na concorrência salutar entre as entidades que comercializam este tipo de produtos.

A Sociedade foi convidada a participar num concurso, para constituição de um Plano de Pensões de Contribuição Definida de um fundo de pensões de um sindicato profissional, numa eventual plataforma multigestor.

Durante o exercício de 2009 foram contactadas 284 empresas e Associações de vários sectores económicos, na sua maioria sedeadas ou com representação na região centro, com especial ênfase em Lisboa e áreas limítrofes. Foram realizadas durante o ano 92 reuniões com clientes potenciais e enviadas 46 propostas de constituição e gestão de fundos de pensões, das quais 15 entraram em *short list*.

No âmbito da parceria comercial com as Direcções de *Corporate Clients*, *Corporate Finance*, *Structured Finance* e de Clientes Institucionais do Banif – Banco de Investimento e da Direcção de Empresas e Particulares do Banif – Banco Internacional do Funchal, foram reforçadas as ligações estabelecidas nos últimos anos, com a realização de Comitês de Negócios e referenciação de clientes.

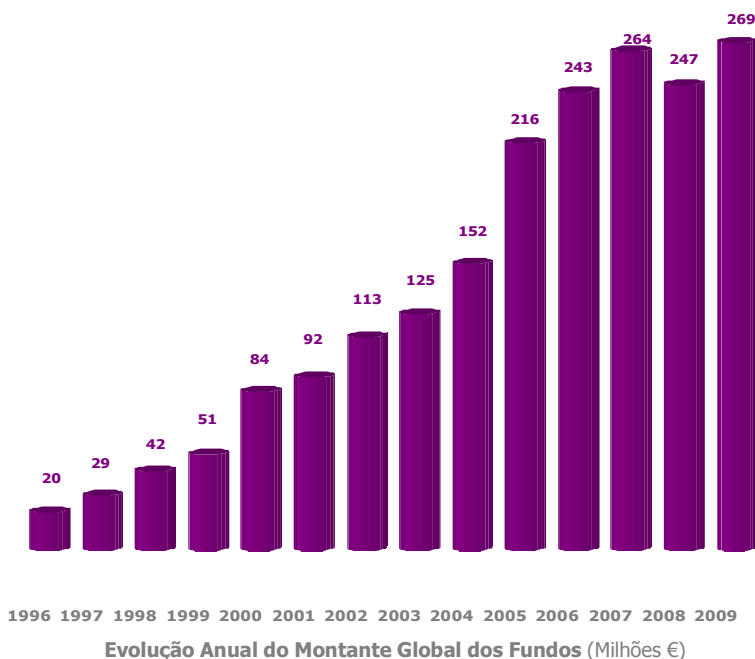
O site institucional da Sociedade foi concluído, alterando-se a plataforma mas mantendo genericamente os conteúdos que já vinha disponibilizando e a sua organização. A forma de navegação foi, porém, substancialmente modificada, melhorando os acessos, e introduzindo novas funcionalidades, quer na área geral, quer na área reservada, permitindo uma utilização mais interessante.

*Handwritten signatures and initials:*  
 Jm.  
 G  
 Jm  
 M  
 AS  
 PML  
 A

A aplicação de gestão de fundos de pensões, continua em franco desenvolvimento, tendo sido concluída no final do ano a recuperação de dados de todos os Participantes e Beneficiários dos planos de pensões geridos. A sua conclusão permitiu à Sociedade iniciar junto dos seus clientes o acesso às Contas Participante através das áreas reservadas do site, permitindo consultar os dados pessoais e o extracto de conta (movimentos e conta agregada), para além de poderem ser efectuados pedidos de documentação encaminhados directamente para o respectivo Gestor do Plano. Permanecem em fase de desenvolvimento os módulos de pagamento e de gestão de benefícios, os quais serão posteriormente conjugados e interactivos. Mais informações e acessos serão disponibilizados durante o ano, nomeadamente a beneficiários/pensionistas (recibos on-line) e activos de planos de benefício definido (direitos em formação).

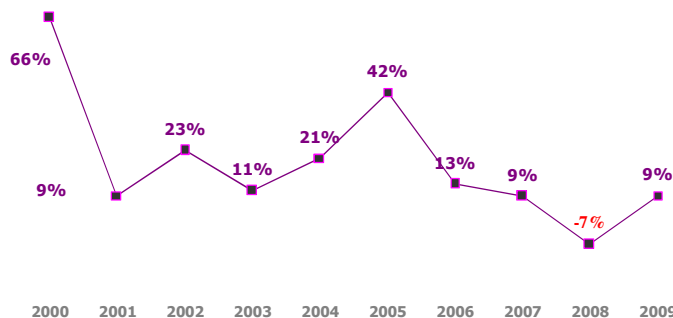
Os módulos de reporte a entidade oficiais, nomeadamente à Direcção Geral de Impostos, foram concluídos e permitiram reduzir o intenso e vasto peso administrativo existente nas várias fases de produção, validação e entrega, dos modelos de reporte das contribuições e rendimentos e retenções do ano em curso. Continua em fase de desenvolvimento o módulo de reporte relativo à informação a remeter ao Instituto de Seguros de Portugal.

A Banif Açor Pensões terminou o ano de 2009 com um montante global de fundos sob gestão de 269 milhões €, o que corresponde a um crescimento de 9,03%, recuperando parte das perdas incorridas em 2008. Nos quadros seguintes pode observar-se a evolução do montante global dos fundos sob gestão e a repartição dos respectivos activos pelas três grandes classes de fundos geridos - abertos de adesão individual, abertos de adesão colectiva e fechados - e pelos três grandes tipos de Planos de Pensões - de benefício definido, de contribuição definida e mistos.

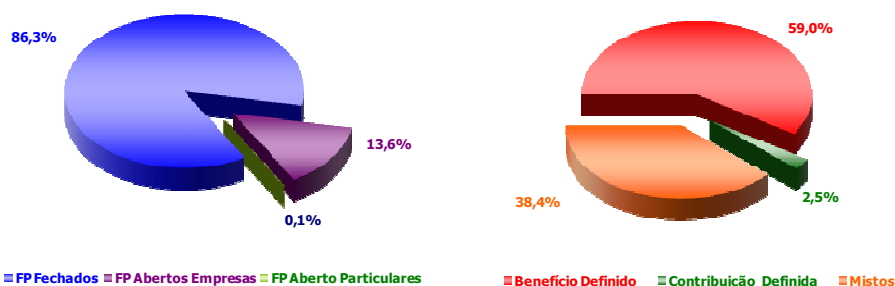




*Handwritten signatures and initials:*  
 Jm.  
 G  
 Jm  
 M  
 AS  
 PUC  
 \*

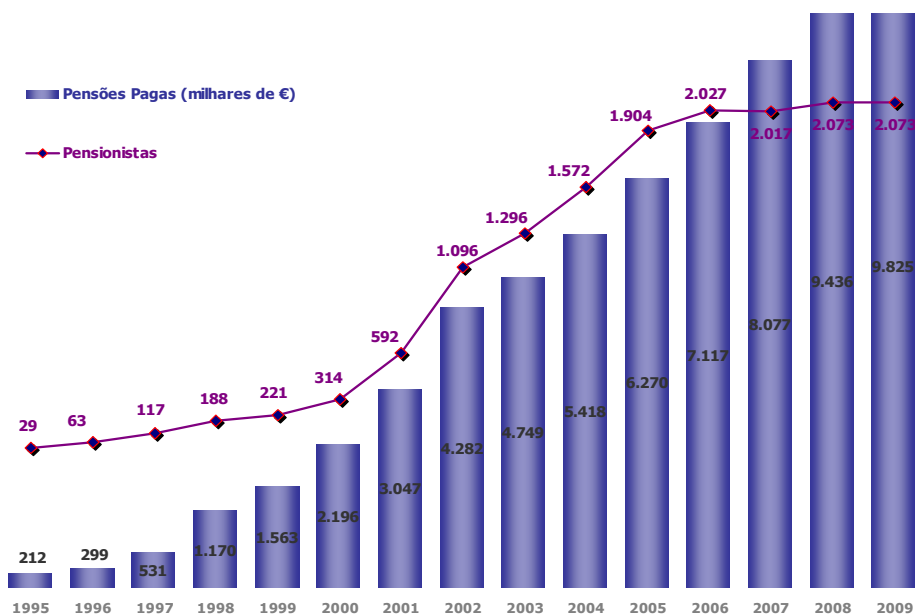


Varição Anual do Volume de Activos dos Fundos



**Distribuição do Montante Global dos Fundos**

A Banif Açor Pensões processou e pagou pensões no montante global de € 9.825 milhares a 2.073 pensionistas e beneficiários.



Evolução do Montante de Pensões Pagas e Número de Pensionistas

*Handwritten signatures and initials:*  
Jm.  
G  
Jm  
M  
AS  
PAC  
A

Os fundos sob gestão são actualmente 14, com 44 planos de pensões e 39 mandatos de gestão institucional. Daqueles 14 fundos, 8 são fechados e 6 são abertos. Destes, 5 são de adesão colectiva e 1 de adesão individual, do tipo PPR. Os fundos geridos pela Banif Açor Pensões abrangem 9.300 participantes, dos quais 7.226 pertencem a planos de Contribuição Definida.

Considerando todos os mandatos de gestão, incluindo os de gestão não discricionária, o valor da rendibilidade mediana foi de 5,3% com um mínimo de -0,38% e um máximo de 6,33%, situando-se a mediana do mercado divulgada pela *Watson Wyatt*, em 9,4% e a divulgada pela *Mercer Investment Consulting*, em 9,10%. No quadro abaixo pode apreciar-se a evolução da carteira de clientes e de activos, bem como as rendibilidades alcançadas desde 2004.

A Sociedade manteve a publicação regular de notas de mercado, com o principal objectivo de manter os Associados, Participantes e Beneficiários dos Fundos sob gestão suficientemente informados e esclarecidos. Durante o exercício, a Sociedade enriqueceu o conjunto de ferramentas e metodologias de análise e controle de risco, passando a disponibilizar as seus clientes um novo conjunto de indicadores de gestão, de risco e de performance que contribui decisivamente para aumentar a qualidade e o valor da informação disponibilizada.

A melhoria dos comportamentos dos mercados financeiros, suportada pelos grandes estímulos económicos, coordenados pelos Governos de países mais desenvolvidos, em particular, Estados Unidos da América, União Europeia e Japão, permitiu que a rendibilidade esperada para as diferentes carteiras de activos sob gestão, ficasse alinhada com a taxa técnica de desconto dos passivos.

A análise de risco das carteiras e do cumprimento dos limites legais e específicos do investimento, são realizadas de forma sistemática por departamentos autónomos, que calculam os diversos indicadores de risco sobre as carteiras, os quais permitem destacar diferentes perfis de risco dos produtos, adequados a segmentos de clientes com horizontes temporais e objectivos diferenciados.

Durante o ano de 2009 a Sociedade manteve a equipa de investimento dos fundos de pensões. Nos últimos cinco anos, registaram-se quatro substituições, associadas a uma normal rotatividade nas funções das equipas de gestão de activos. As parcerias já constituídas permitem à Sociedade continuar utilizar fundos em classes de activos ou explorar áreas geográficas para os quais considera não ter conhecimento suficiente para criar valor de forma consistente. O desempenho desses fundos é monitorizado com especial atenção.

A evolução dos grandes indicadores de negócio dos últimos 5 anos encontra-se expressa no quadro abaixo.

*Handwritten signatures and initials:*  
Jm  
G  
Jm  
M  
AS  
PAC  
A

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	3 Anos	5 Anos
<b>Banif Açor Pensões</b>								
Número de Fundos de Pensões	8	12	12	16	14	14	+ 2	+ 6
FP Fechados	6	7	7	7	8	8	+ 1	+ 2
FP Abertos de Adesão Individual (PPR)	1	1	1	5	1	1		
FP Abertos de Adesão Colectiva	1	4	4	4	5	5	+ 1	+ 4
Montante Sob Gestão (M €)	152	216	243	265	247	269	+ 26	+ 118
Número de Participantes	5.843	7.271	7.991	8.643	9.350	9.300	+ 1309	+ 3457
Número de Pensionistas e Beneficiários	1.572	1.904	2.027	2.016	2.073	2.073	+ 46	+ 501
Montante das Pensões Pagas (m €)	5.418	6.271	7.117	8.077	9.467	9.825	+2659	+ 4407
Crescimento (% Montantes sob Gestão)	34,07%	42,13%	12,71%	8,83%	-6,67%	9,03%	10,74%	77,40%
Rendibilidade Mediana (%)	(2) 6,30%	6,30%	6,30%	2,20%	-10,00%	5,30%	4,90%	5,00%
Quota de Mercado	1,00%	1,14%	1,15%	1,18%	1,22%	1,23%	-	-
<b>Mercado de Fundos de Pensões</b>								
Montante Sob Gestão (M €)	(1) 15.186	18.982	21.185	22.356	20.282	21.860	+ 675	+ 6674
Crescimento (%)	-4,37%	25,00%	11,61%	5,53%	-9,28%	7,78%	3,18%	43,95%
Rendibilidade Mediana (%)	(2) 5,70%	8,00%	5,40%	3,10%	-7,00%	9,10%	5,80%	6,20%

Fontes: (1) Instituto de Seguros de Portugal – Boletim de Fundos de Pensões  
(2) Mercer Investment Consulting (Mediana)

A Banif Açor Pensões manteve em 2009 o 10º lugar do ranking do mercado português no que diz respeito ao volume de activos de gestão, ao qual corresponde 1,23% de quota de mercado. Não se encontram ainda disponíveis os dados respeitantes a 2009 respeitantes ao ranking das entidades gestoras tendo em conta os respectivos montantes geridos e por tipo de plano de pensões.

Entidade Gestora	Ranking		Valores (m€)	% Peso
	2008	2007		
PensõesGere	1	1	6.693	34,70%
BPI Pensões	2	2	2.746	14,24%
ESAF F. Pensões	3	3	2.435	12,62%
Previsão (Grupo PT)	4	4	1.673	8,67%
CGD SGFP	5	6	1.452	7,53%
Santander Pensões	6	5	1.392	7,22%
SGFP Banco Portugal	7	7	1.161	6,02%
Futuro	8	8	853	4,42%
BBVA Fundos	9	9	282	1,46%
<b>BANIF Açor Pensões</b>	<b>10</b> ←	<b>10</b>	<b>179</b>	<b>0,93%</b>
Restantes			424	2,20%
<b>Total</b>			<b>19.291</b>	<b>100,00%</b>

**Ranking de Entidades Gestoras por tipo de plano de pensões (Benefício Definido)**

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório de Seguros e de Fundos de Pensões

A Banif Açor Pensões subiu 2 posições em 2008 no ranking do mercado português no que diz respeito ao volume de activos de gestão de planos de pensões de contribuição Definida, ocupando o 6.º lugar.

Entidade Gestora	Ranking		Valores (m€)	% Peso
	2008	2007		
Futuro	1	1	269	27,15%
PensõesGere	2	2	205	20,70%
BPI Pensões	3	4	127	12,76%
CGD SGFP	4	3	125	12,63%
BBVA Fundos	5	5	70	7,03%
<b>BANIF Açor Pensões</b>	<b>6</b> ←	<b>8</b>	<b>68</b>	<b>6,90%</b>
SGF	7	6	44	4,39%
ESAF F. Pensões	8	7	41	4,16%
Vitória Vida	9	9	17	1,70%
BPI Vida	10	10	7	0,73%
Restantes			18	1,85%
<b>Total</b>			<b>991</b>	<b>100,00%</b>

**Ranking de Entidades Gestoras por tipo de plano de pensões (Contribuição Definida)**

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal – Relatório de Seguros e de Fundos de Pensões



*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Jm', 'AS', 'PAC', and a large 'X'.*

## **2.2 Perspectivas para 2010**

Perspectiva-se que durante o primeiro trimestre de 2010 seja formalizado um novo mandato de gestão. Contudo, o próximo exercício não apresenta expectativas favoráveis à concretização da constituição de novos fundos e obtenção de novos mandatos de gestão, pela continua ausência de capacidade, quer das empresas, quer dos participantes, em afectar poupanças a veículos de financiamento sem liquidez a curto prazo.

A Sociedade continuará a desenvolver a sua actividade comercial, quer directamente, quer concertadamente com as Direcções Comerciais do Grupo Banif, reforçando as respectivas relações de parceria e acrescentando valor às propostas apresentadas.

O desenvolvimento da aplicação de gestão dos fundos de pensões será continuado durante o ano de 2010, permitindo automatizar todos os procedimentos, incluindo os de divulgação electrónica de mensagens, informações e documentação, libertando o peso administrativo inerente a estes processos.

Serão mantidas as reuniões semestrais de acompanhamento da gestão dos respectivos fundos de pensões com os Associados e as Comissões de Acompanhamento, permitindo reforçar a proximidade da Sociedade junto dos seus clientes. Serão desenvolvidas acções de formação aos novos participantes dos fundos de pensões, como forma de potenciar e dinamizar a respectiva participação e consequente apropriação do conceito e da necessidade de planeamento da reforma, e acções de apresentação do novo site, com especial destaque e interesse na divulgação do acesso à Conta de Participante, a qual é actualizada diariamente.

A Sociedade continuará a investir no desenvolvimento dos seus recursos humanos, quer pelas acções de formação internas, quer recorrendo a formação externa, sempre que se justifique. O melhor desempenho dos seus recursos humanos, permitirá aumentar o valor do serviço disponibilizado, respondendo com eficácia às solicitações dos seus clientes, internos e externos.

Perspectiva-se que o ano de 2010 seja de continua recuperação dos mercados, embora lenta. A confiança dos agentes económicos tenderá a restabelecer-se.

Os objectivos para 2010 continuarão a ser ambiciosos, quer pela contínua captação de clientes e constituição de novos fundos, quer pela contínua exigência de padrões elevados do serviço disponibilizado a todos os seus clientes.

A Sociedade pretende aumentar a quota de mercado, traduzido fundamentalmente no aumento do número de mandatos e do crescimento dos activos sob gestão, acompanhando o crescimento do grupo financeiro e a conquista de novos segmentos e clientes de referência.

Continuará a desenvolver e consolidar a sua estrutura organizativa e o modelo corporativo de *governance* e de gestão de risco, já implementado.

Através do nível e diferenciação do serviço e da credibilidade da gestão, a Banif Açor Pensões pretende afirmar-se como uma referência no mercado nacional de Fundos de Pensões.

*Handwritten signatures and initials in blue ink:*  
Jm.  
G  
Jm  
M  
AS  
PAC  
A

*Handwritten signatures and initials:*  
Jm.  
[Signature]  
[Signature]  
[Signature]  
AS  
PAC  
[Signature]

### **3. *Análise do Balanço e Demonstração de Resultados***

Os capitais próprios da Sociedade evidenciaram um acréscimo de 3,6%, resultante da incorporação de Reservas e do Resultado do Exercício corrente, passando 3.662 milhares € em 31 de Dezembro de 2008, para 3.793 milhares € em 31 de Dezembro de 2009.

O montante total dos Proveitos no exercício ascendeu a 816 milhares €, o que representou um decréscimo de 9,14% relativamente ao valor obtido em 2008, o qual ficou a dever-se à diminuição na rubrica de juros e proveitos similares.

Os custos operacionais registaram um ligeiro acréscimo de 1,6% relativamente a 2008, situando-se nos 633 mil euros, sem um significado especial que lhe seja atribuível até porque a estrutura de custos permaneceu idêntica. Efectivamente, a Sociedade conseguiu manter uma grande contenção nos investimentos, fundamentalmente de base tecnológica, que, no futuro próximo, não poderão deixar de se realizar sem que se comprometa o desejável e necessário crescimento do volume de negócios e o cumprimento dos critérios de avaliação e monitorização de riscos aplicáveis a esta área de negócio.

Como nota importante refira-se que os valores relativos a 2008 foram objecto de ajustamentos de transição realizados em 1 de Janeiro de 2009, decorrentes da adopção das IAS pela primeira vez.

A evolução da concorrência, fundamentalmente ao nível da disponibilização e qualidade dos serviços, continua a determinar um crescimento acentuado dos recursos, relacionados, quer com ferramentas de suporte ao negócio, quer com exigências de cobertura, através de capitais próprios, de garantias de taxa e capital incluídos em alguns produtos fundamentalmente destinados a particulares.

Os custos administrativos terão de aumentar necessariamente, em função da profunda alteração do ambiente em que se desenvolve a actividade dos fundos de pensões, da qual passou a decorrer um conjunto cada vez mais vasto e importante de obrigações de controle, informação e divulgação por parte da Entidade Gestora, a par da importante transformação de que os actuais fundos de pensões estão a ser objecto, nomeadamente de Benefício Definido para Contribuição Definida, assim como da previsível constituição de novos mandatos de gestão cujos custos de aquisição são, actualmente, bastante elevados.

Alguns dos custos continuam a beneficiar, efectivamente, das sinergias do grupo financeiro em que a Sociedade se insere, com uma importância acrescida no exercício findo face aos

resultados operacionais. O volume de negócios actual continua a determinar a necessidade de adoptar uma política de gestão flexível, privilegiando o recurso à subcontratação de serviços, em detrimento do investimento no desenvolvimento estrutural da Sociedade.

O Resultado Líquido obtido pela Sociedade no ano de 2009 ascendeu a € 132 milhares de €, o que representa um ROE de 3,6%, o qual compara com os 3,55% em 2008, calculado sobre os capitais próprios no início do exercício.

*Handwritten signatures and initials in blue ink:*  
Jm.  
G  
Jm  
M  
AS  
PAC  
A

*Jm.*  
*g*  
*Jm*  
*m*  
*AS*  
*PAC*  
*A*

#### **4. Proposta de Aplicação de Resultados**

---

O Resultado Líquido apurado no exercício de 2009 foi de € 131.505,56, para o qual o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

Para Reservas Legais: € 6.575,28  
Para Reservas Livres: € 124.930,28

## **5. Nota Final**

---

O Conselho de Administração agradece ao Instituto de Seguros de Portugal e às restantes Entidades Públicas o apoio que lhe foi concedido e congratula-se com a confiança que os Accionistas e os Associados dos Fundos continuaram a dispensar-lhe.

A todos os colaboradores uma palavra de agradecimento pela dedicação dispensada.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2010

### **O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**



**Artur Manuel da Silva Fernandes**  
Presidente



**Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques**  
Vice-Presidente



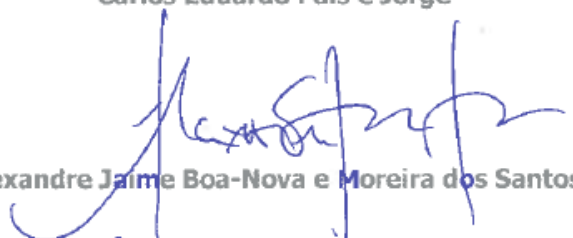
**Carlos Alberto Rodrigues Ballesteros Amaral Firme**



**Luís Filipe Saramago Carita**



**Carlos Eduardo Pais e Jorge**



**Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos**



**Pedro Brandão Melo Castro**

## 6. Demonstrações Financeiras

### 6.1 Balanço

Balanço em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Activo	Notas	Datas	
		31-Dez-2009	31-12-2008 Reclassificadas
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	3	1.638	3.168
		<u>1.638</u>	<u>3.168</u>
<b>Activo corrente</b>			
Estado e outros entes públicos	9	17.199	30.941
Outras contas a receber	4	482.027	508.051
Activos financeiros detidos para negociação	5	366.143	360.292
Caixa e depósitos bancários	6	3.287.207	3.139.074
		<u>4.152.576</u>	<u>4.038.358</u>
<b>Total do activo</b>		<b>4.154.214</b>	<b>4.041.526</b>

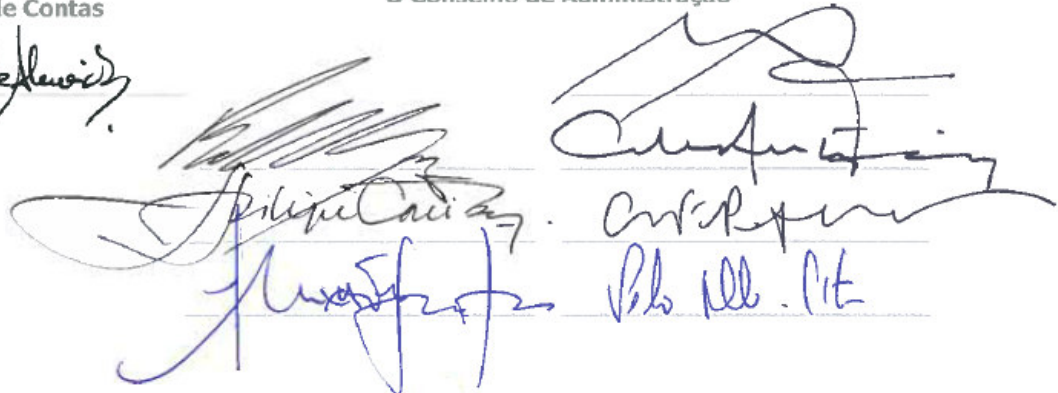
Capital Próprio e Passivo	Notas	Datas	
		31-Dez-2009	31-12-2008 Reclassificadas
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	7,8	1.850.000	1.850.000
Prémio de emissão	7,8	260.127	260.127
Reservas e Resultados Acumulados	7,8	1.551.531	1.425.873
		<u>3.661.658</u>	<u>3.536.000</u>
Resultados Líquido do período	7,8	131.506	125.658
<b>Total do Capital Próprio</b>		<u>3.793.164</u>	<u>3.661.658</u>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Estado e outros entes públicos	9	12.299	6.532
Outras contas a pagar	10	348.751	373.335
<b>Total do Passivo</b>		<u>361.050</u>	<u>379.868</u>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>4.154.214</b>	<b>4.041.526</b>

Valores Monetários expressos em € (euros)

O Técnico Oficial  
de Contas



O Conselho de Administração



## 6.2 Demonstrações dos Resultados

### Demonstrações dos Resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

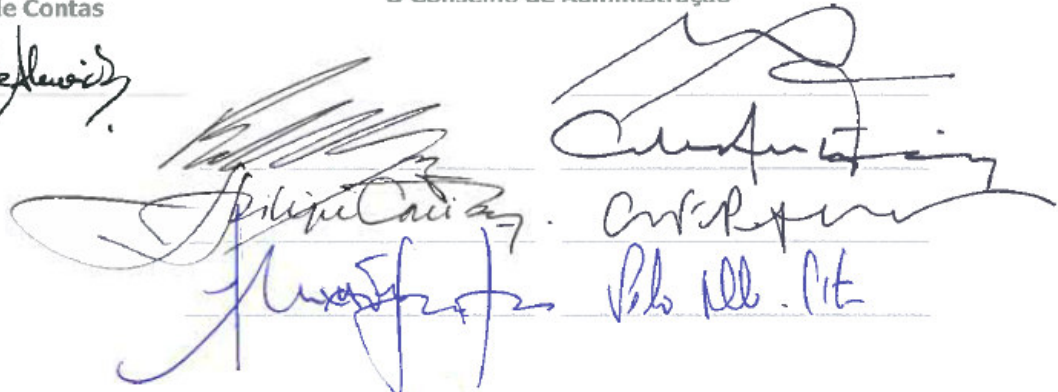
Rendimentos e Gastos	Notas	Datas	
		31-Dez-2009	31-12-2008 Reclassificadas
Réditos dos serviços prestados	11	692.595	700.273
Fornecimento e serviços externos	12	(405.612)	(379.186)
Gastos com o pessoal	13	(226.414)	(222.105)
Aumentos/reduções de justo valor	5	9.050	(118.983)
Outros rendimentos e ganhos	15	12.800	39.884
Outros gastos e perdas	15	(12.657)	(13.437)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>69.762</b>	<b>6.446</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(1.530)	(9.370)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>68.232</b>	<b>(2.923)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	14	114.188	158.341
Juros e gastos similares suportados	14	(19)	(24)
<b>Resultado antes de imposto</b>		<b>182.401</b>	<b>155.393</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	4	(50.895)	(29.735)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>131.506</b>	<b>125.658</b>
<b>Resultados por acção básico</b>		<b>0,36</b>	<b>0,34</b>

Valores Monetários expressos em € (euros)

O Técnico Oficial  
de Contas



O Conselho de Administração



### 6.3 Demonstração de Variações no Capital Próprio

Demonstração de Variações no Capital Próprio  
no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

2009								
Designação	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores de capital da empresa mãe					Total Capital Próprio	
		Capital Realizado	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados		Resultado
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2009		1.850.000	260.127	64.713	1.359.124	2.036	125.658	3.661.658
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7,8						131.506	131.506
RESULTADO INTEGRAL							257.163	3.793.164
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuições	7,8			6.283	119.375		(125.658)	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2009		1.850.000	260.127	70.996	1.478.499	2.036	131.505	3.793.164
2008								
Designação	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores de capital da empresa mãe					Total Capital Próprio	
		Capital Realizado	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados		Resultado
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2008		1.850.000	260.127	56.624	1.205.440	2.036	161.773	3.536.000
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7,8						125.658	125.658
RESULTADO INTEGRAL							287.431	3.661.658
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuições	7,8			8.089	153.684		(161.773)	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2008		1.850.000	260.127	64.713	1.359.124	2.036	125.658	3.661.658

Valores Monetários expressos em € (euros)

O Técnico Oficial  
de Contas

*Handwritten signature*

O Conselho de Administração

*Handwritten signatures of the Board of Directors*

## 6.4 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Demonstrações dos Fluxos de Caixa  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

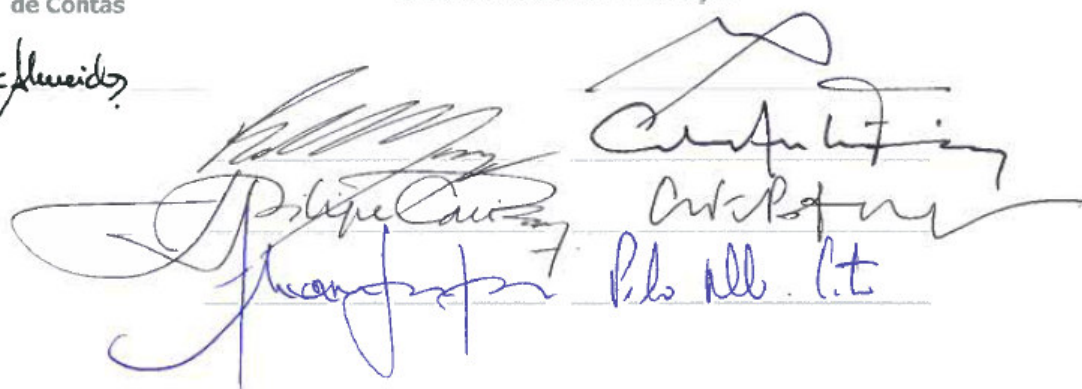
Rubricas	Datas	
	31-Dez-2009	31-12-2008 Reclassificadas
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>		
Recebimento de clientes	666.074	907.806
Pagamentos a fornecedores	(418.582)	(102.809)
Pagamentos ao pessoal	(220.717)	(221.809)
Fluxo gerado pelas operações	26.774	583.188
Pagamento/recebimento do imposto sobre rendimento	(24.721)	(4.712)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	2.054	578.476
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(200)	(514)
Fluxos de caixa das actividades operacionais	1.854	577.962
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos Fixos Tangíveis	0	(971)
Recebimentos provenientes de:		
juros e rendimentos similares	146.689	110.746
Fluxos de caixa das actividades de investimento	146.689	109.775
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	(410)	(83.478)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(410)	(83.478)
Variação de caixa e seus equivalentes	148.132	604.260
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.589.140	2.984.880
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.737.272	3.589.140

Valores Monetários expressos em € (euros)

O Técnico Oficial  
de Contas



O Conselho de Administração



*[Handwritten signatures and initials]*

## **6.5 Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009**

### **Introdução**

A Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. teve a sua origem na Açor Pensões, sociedade fundada em Dezembro de 1990 e adquirida e integrada no Grupo BANIF em 1996. Em 2000, realizou-se a fusão por incorporação da SGM - SGFP Mundial, S.A., a outra sociedade gestora de fundos de pensões do Grupo, e a entrada do Banif Banco de Investimento para seu principal accionista, procedendo-se à alteração da respectiva denominação social para Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A Sociedade era responsável pela gestão de 12 fundos de pensões em 31 de Dezembro de 2009.

### **Nota 1 Base de apresentação e principais políticas contabilísticas**

As demonstrações financeiras foram preparadas em todos os aspectos materiais de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, adoptadas pela União Europeia. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respectivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"), respectivamente.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "IFRS".

Até 31 de Dezembro de 2008 as demonstrações financeiras foram aprovadas e publicadas, em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade (POC), aprovado pelo Decreto-Lei Nº 410/89, de 21 de Novembro. Para efeitos comparativos, estas demonstrações foram ajustadas por forma a estarem de acordo com os IFRS. Os ajustamentos de transição, com efeitos a 1 de Janeiro de 2009, foram efectuados de acordo com as disposições do IFRS 1 – Primeira Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro. As divulgações requeridas pelo IFRS 1, relativas à transição do normativo contabilístico em vigor em Portugal para os IFRS, são apresentadas na Nota 18.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'M.', 'J.', 'C.F.', 'M.', 'AS', 'PAC', and a star-like mark.]*

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

#### **a) Activos Intangíveis**

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a “software”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra em 3 anos.

#### **b) Activos Fixos Tangíveis**

São mostradas pelo seu valor de custo, deduzidas de amortizações acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos em gastos no ano em que ocorrem. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos.

#### **c) Activos Financeiros Detidos para Negociação**

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

#### **d) Rendimentos por Serviços e Comissões**

As comissões que estão registadas na rubrica Outras Comissões Recebidas no período a que dizem respeito são relacionadas com a remuneração dos serviços prestados cobrados aos fundos geridos e compreendem a gestão financeira dos activos, actuarial, administrativa e pagamento de pensões.

#### **e) Reconhecimento de Proveitos e Custos**

Em geral, os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para a Sociedade e a quantia do rédito possa ser fíavelmente mensurada.

*Handwritten signatures and initials:*  
 J.M.  
 L.  
 C.F.  
 M.  
 A.S.  
 P.H.C.  
 \*

## Nota 2 Uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Administração da Sociedade, os quais afectam o valor dos activos, passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Administração utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas realizadas.

## Nota 3 Movimentos ocorridos nos activos fixos

Os movimentos ocorridos na rubrica dos activos fixos, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, resume-se como segue:

2009		2008	
<b>Activos Fixos Tangíveis</b>		<b>Activos Fixos Intangíveis</b>	
<b>Activo Bruto</b>		<b>Activo Bruto</b>	
Saldo Inicial	100.911	Saldo Inicial	25.886
Aumentos do Ano		Aumentos do Ano	
Alienações do Ano		Alienações do Ano	
Saldo Final	100.911	Saldo Final	25.886
<b>Amortizações</b>		<b>Amortizações</b>	
Saldo Inicial	97.743	Saldo Inicial	25.886
Reforço do ano	1.530	Reforço do ano	
Alienações do ano		Alienações do ano	
Saldo final	99.273	Saldo final	25.886
<b>Valor Líquido</b>	<b>1.638</b>	<b>Valor Líquido</b>	<b>0</b>
Valores Monetários expressos em € (euros)		Valores Monetários expressos em € (euros)	
<b>Activos Fixos Tangíveis</b>		<b>Activos Fixos Intangíveis</b>	
<b>Activo Bruto</b>		<b>Activo Bruto</b>	
Saldo Inicial	99.941	Saldo Inicial	25.886
Aumentos do Ano	970	Aumentos do Ano	
Alienações do Ano		Alienações do Ano	
Saldo Final	100.911	Saldo Final	25.886
<b>Amortizações</b>		<b>Amortizações</b>	
Saldo Inicial	96.343	Saldo Inicial	17.917
Reforço do ano	1.400	Reforço do ano	7.969
Alienações do ano		Alienações do ano	
Saldo final	97.743	Saldo final	25.886
<b>Valor Líquido</b>	<b>3.168</b>	<b>Valor Líquido</b>	<b>0</b>
Valores Monetários expressos em € (euros)		Valores Monetários expressos em € (euros)	

*Handwritten signatures and initials:*  
 O.M.  
 L.  
 C.T.  
 M.  
 A.S.  
 P.H.C.  
 \*

#### Nota 4 Clientes e Outras Contas a Receber

A composição desta rubrica é a seguinte:

Clientes e Outras Contas a Receber	2009	2008
Devedores diversos	265.983	258.718
Diferimentos:		
Juros e rendimentos similares	6.749	47.593
Remunerações dos fundos a receber	209.289	195.365
Outros	-	3.382
Despesas com encargo diferido	6	2.993
	<b>482.027</b>	<b>508.051</b>

Valores Monetários expressos em € (euros)

#### Nota 5 Títulos Financeiros Detidos para Negociação

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tinha a seguinte composição:

2009									
Designação	Moeda	Quantidade	Preço Custo Unitário	Preço Custo Médio	Cotação	Valor de Mercado	Menos Vantias	Juro Decorrido	Valor Balanço
<b>Obrigações Diversas</b>									
<b>Estrangeiras</b>									
PTCL Float	EUR	250.000	100,03%	200.065	99,80%	199.600	465	1.055	200.655
Banif Float 12/29/49	EUR	200.000	100,00%	250.000	66,00%	165.000	85.000	488	165.488
<b>Sub-Total Obrigações Diversas Estrangeiras</b>				<b>450.065</b>		<b>364.600</b>	<b>85.465</b>	<b>1.543</b>	<b>366.143</b>
<b>TOTAL</b>				<b>450.065</b>		<b>364.600</b>	<b>85.465</b>	<b>1.543</b>	<b>366.143</b>
2008									
Designação	Moeda	Quantidade	Preço Custo Unitário	Preço Custo Médio	Cotação	Valor de Mercado	Menos Vantias	Juro Decorrido	Valor Balanço
<b>Obrigações Diversas</b>									
<b>Estrangeiras</b>									
Banif Float 12/49	EUR	250.000	100,00%	250.000	63,42%	158.550	91.450	1.436	159.986
PTCL Float	EUR	200.000	100,03%	200.065	98,50%	197.000	3.065	3.306	200.306
<b>Sub-Total Obrigações Diversas Estrangeiras</b>				<b>450.065</b>		<b>355.550</b>	<b>94.515</b>	<b>4.742</b>	<b>360.292</b>
<b>TOTAL</b>				<b>450.065</b>		<b>355.550</b>	<b>94.515</b>	<b>4.742</b>	<b>360.292</b>

Valores Monetários expressos em € (euros)

Estas obrigações venciam juros às taxas anuais que variam entre 2.02% e 2.067%.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foi registado directamente em resultados o seguinte:

Variações na Carteira por Resultados	2009	2008
Varição do justo valor	9.050	36.358
Perdas na alienação	0	82.625
	<b>9.050</b>	<b>118.983</b>

Valores Monetários expressos em € (euros)

*[Handwritten signatures and initials: J.M., L., C.T., M., AS, P.H.C., X]*

## Nota 6 Componentes de Caixa e Seus Equivalentes

A rubrica de Componentes de caixa e seus equivalentes têm a seguinte composição:

Componentes de Caixa e Seus Equivalentes	2009	2008
Numerário	472	78
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	486.734	1.528.997
Depósitos a prazo	2.800.000	1.610.000
<b>Total de Componentes de Caixa e Seus Equivalentes</b>	<b>3.287.207</b>	<b>3.139.074</b>

Valores Monetários expressos em € (euros)

Os juros das aplicações a prazo venceram juros durante o ano de 2009 a uma taxa média de 2,7%.

## Nota 7 Composição do Capital Social

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o capital social da Sociedade encontrava-se integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 370.000 acções com o valor nominal de 5 euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2009, o Banif - Banco de Investimento, S.A. e a Companhia de Seguros Açoreana, S.A. detinham, respectivamente, uma participação de 51,08% e de 29,19% do capital social da Sociedade.

## Nota 8 Reservas e resultados transitados

Em conformidade com a legislação em vigor, um mínimo de 5% dos lucros anuais é obrigatoriamente apropriado para a reserva legal, até que esta atinja pelo menos uma quinta parte do capital social. Esta reserva apenas pode ser utilizada para cobertura de prejuízos depois de esgotadas outras reservas e para aumento do capital social.

Na Assembleia Geral da Sociedade realizada em 27 de Março de 2009 foi deliberado que o resultado líquido apurado em 31 de Dezembro de 2008 fosse transferido para Reservas legais, no montante de 6.283 euros e a parte remanescente de 119.375 euros para Reservas livres.

## Nota 9 Estado e outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2009, os saldos devedores e credores desta rubrica resumem-se como segue:

*Handwritten signatures and initials:*  
 J.M.  
 L.  
 C.T.  
 M.  
 A.S.  
 P.H.C.  
 X.

Estado e Outros Entes Públicos	2009	2008
<b>Saldos devedores</b>		
IRC a recuperar		
Do ano	0	13.742
Anos anteriores	17.199	17.199
	<u>17.199</u>	<u>30.941</u>
<b>Saldos de credores</b>		
IRC a pagar	4.202	0
IVA a pagar	25	0
Retenções na fonte	3.533	2.474
Taxa social única	4.539	4.058
	<u>12.299</u>	<u>6.533</u>

Valores Monetários expressos em € (euros)

A Sociedade está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) cuja taxa normal está actualmente nos 25%. Está também sujeita, como estabelecido na Lei das Finanças Locais, à derrama fixada pelo município até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Adicionalmente, encontra-se também sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (a segurança social pode ser revista durante um período de cinco anos), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Adicionalmente, as autoridades fiscais poderão também efectuar correcções, sempre que as relações especiais tenham sido estabelecidas em condições diferentes das que seriam normalmente acordadas com entidades independentes. A Administração da Sociedade considera que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais, aquelas declarações de impostos não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.

Em 31 de Dezembro de 2009 não existiam situações susceptíveis de registo em impostos diferidos.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a diferença entre o imposto sobre o rendimento estimado e o imposto a receber é assim resumida:

Imposto sobre o Rendimento	2009	2008
Estimativa de IRC	50.895	29.735
Pagamentos por conta	-17.842	-29.591
Retenções efectuadas por terceiros	-46.050	-31.085
<b>IRC a receber</b>	<b>-12.997</b>	<b>-30.941</b>

Valores Monetários expressos em € (euros)

*Handwritten signatures and initials:*  
 J.M.  
 L.  
 C.T.  
 M.  
 A.S.  
 P.H.C.  
 X.

## Nota 10 Fornecedores e Outras Contas a Pagar

A composição desta rubrica é a seguinte:

Fornecedores e Outras Contas a Pagar	2009	2008
Provisão para férias e subsídio de férias	33.044	28.815
Outros encargos a pagar:		
BBI - Cedência de pessoal	26.000	26.000
CSA – Cedência de pessoal	48.518	48.518
Gestão de activos	225.431	253.980
Outros	15.758	16.023
	<b>348.751</b>	<b>373.336</b>

Valores Monetários expressos em € (euros)

## Nota 11 Vendas e Serviços Prestados

A composição desta rubrica é a seguinte:

Comissões	2009	2008
Comissão de gestão	611.626	628.390
Comissão de emissão	31.701	37.193
Comissão de reembolso	1.016	981
Comissão de processamento de pensões	46.424	33.709
Comissão de performance	1.828	0
	<b>692.595</b>	<b>700.273</b>

Valores Monetários expressos em € (euros)

## Nota 12 Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

Gastos Gerais Administrativos	2009	2008
Água, Energia e Combustível	1.540	2.710
Material Escritório	7.375	6.839
Rendas Viaturas	6.038	6.667
Comunicações (Telef., Telem., Correio, etc.)	9.063	6.508
Deslocações/Estadas	852	3.809
Despesas de Representação	622	99
Publicidade Obrigatória	4.548	1.264
Publicidade Não Obrigatória (Campanhas Publicit., etc.)	30.955	2.747
Comissionistas/Avenças e Honorários	16.012	10.104
Conservação e Reparação		1.790
Seguros	826	3.263
Serv. Jurídicos, Contencioso e Notariado	21.670	548
Serviços Especializados - Informática	9.651	7.810
Serviços Especializados - Contab. e Revisão de Contas	7.708	7.073
Serviços Especializados - Cedência Pessoal Especializ.	26.000	26.000
Serviços Especializados - Gestão de Activos	225.431	253.980
Encargos com Formação	2.370	1.053
Outros Fornec. e Serv. Terceiros	34.951	36.923
<b>Total de Gastos Gerais Administrativos</b>	<b>405.612</b>	<b>379.186</b>

Valores Monetários expressos em € (euros)

*Handwritten signatures and initials:*  
 OJ.M.  
 L.  
 C.F.  
 M.  
 AS  
 P.M.C.  
 \*

### Nota 13 Gastos com Pessoal

Em 2009 e 2008, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Custos com Pessoal	2009	2008
Salários	181.968	169.644
Encargos Sociais	41.383	38.783
Outros Custos de Pessoal	3.063	13.678
<b>Total de Custos com Pessoal</b>	<b>226.414</b>	<b>222.105</b>

Valores Monetários expressos em € (euros)

O número de empregados em 2009 e 2008 foi de 5.

Os membros do Conselho de Administração desta Sociedade não auferiram qualquer remuneração em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.

### Nota 14 Resultados Financeiros

Os resultados financeiros em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, resultam de:

Resultados Financeiros	2009	2008
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Aplicações	99.883	118.144
Títulos	14.306	40.196
	114.188	158.341
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Financiamentos	19	24
	19	24
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>114.169</b>	<b>158.317</b>

Valores Monetários expressos em € (euros)

### Nota 15 Outros Rendimentos e Gastos

Os outros rendimentos e ganhos e as outras perdas e gastos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, resultam de:

Outros Rendimentos e Gastos	2009	2008
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>		
Correcções de anos anteriores	12.800	39.884
	<b>12.800</b>	<b>39.884</b>
<b>Outros gastos e perdas</b>		
Quotizações	0	1.400
Multas e penalidades	200	514
Insuficiência de estimativa de impostos	6.734	0
Correcções de anos anteriores	5.332	11.523
Outras Comissões	391	0
	<b>12.657</b>	<b>13.437</b>

Valores Monetários expressos em € (euros)

*[Handwritten signatures and initials: O.M., J., C.F., M., AS, P.M.C., X]*

## Nota 16 Fundos de Pensões Geridos

A Sociedade geria à data de 31 de Dezembro de 2009 Fundos de Pensões no montante de 269.385.750 euros (em 2008, 247.083.268 euros), incluindo 190.694.859 euros relativos a fundos de empresas do Grupo Banif e outras entidades relacionadas (em 2008, 170.985.937 euros).

## Nota 17 Empresas do Grupo

As contas da Sociedade são consolidadas ao nível da BANIF-SGPS, S.A., a qual tem a sede social no Funchal. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os principais saldos com as empresas relacionadas são assim resumidas:

Empresa do Grupo		2009	2008
<b>Depósitos à ordem</b>	BANIF	38.563	33.779
	BCA	11.247	79.801
	BBI	436.924	1.415.417
<b>Depósito a Prazo</b>	BBI	2.800.000	1.610.000
<b>Clientes</b>	FP BANIF	200.649	165.896
	FP BCA	83.108	82.503
	FP BBI	1.220	2.807

Valores Monetários expressos em € (euros)

## Nota 18 Ajustamentos de Transição

Os ajustamentos decorrentes da adopção das IAS pela primeira vez tiveram impacto na conta de Activos Financeiros Detidos para Negociação que passou a espelhar quer o valor de mercado dos títulos, quer a especialização de juros. No entanto, e tendo em conta que a carteira de títulos apresentava menos valias a 31 de Dezembro de 2008 apenas foi realizada uma reclassificação de provisões para Activos Detidos para Negociação.

A conta de Diferimentos sofreu também alterações sendo que grande parte do seu saldo passou a integrar a rubrica de Outras Contas a receber ou a Pagar.

Os ajustamentos de transição realizados em 1 de Janeiro de 2009, que não tiveram qualquer efeito nos capitais próprios, foram os seguintes:

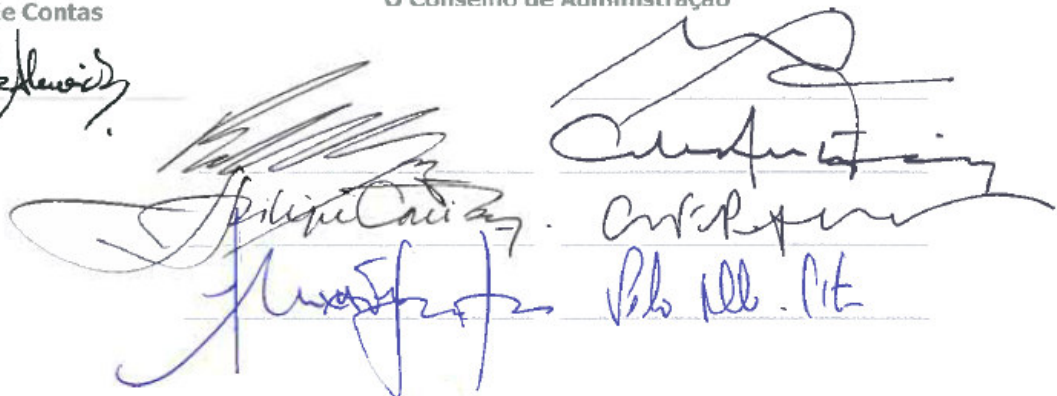
Ajustamentos de Transição	Datas		
	31-12-2008	Ajustamento de Transição	01-01-2009
Movimentos em Títulos			
Provisões	-94.515	94.515	0
Activos Financeiros Detidos para Negociação	450.065	-89.773	360.292
	<u>355.550</u>	<u>4.742</u>	<u>360.292</u>
Outros Ajustamentos Activos			
Outras Contas a Receber (Juros de Títulos)	4.742	-4.742	0
Outras Contas a Receber (Outros)	97.275	251.082	348.357
Diferimentos	254.075	-251.082	2.993
	<u>356.092</u>	<u>-4.742</u>	<u>351.350</u>
Outros Ajustamentos Passivos			
Outras Contas a Pagar	74.518	35.887	110.405
Diferimentos	35.887	-35.887	0
	<u>110.405</u>	<u>0</u>	<u>110.405</u>

Valores Monetários expressos em € (euros)

O Técnico Oficial  
de Contas



O Conselho de Administração



## **Anexo**

### ***I Informação nos termos dos Artigos 289º e 447º do Código das Sociedades Comerciais***

#### **Valores Mobiliários detidos em 31 de Dezembro de 2009 e transacções efectuadas pelos Membros do Conselho de Administração**

##### **Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes**

Em 31 de Dezembro de 2009, era titular de 1 acção do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A., de 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil), S.A., de 1 acção da Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A., de 1 acção da Econofinance, S.A. (todas acções preferenciais sem direito a voto), e de 1 acção da Banif Gestão de Ativos (Brasil) – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (acção ordinária com direito a voto).

Não possuiu durante o ano de 2009, nem transaccionou nesse ano, quaisquer outras acções ou outros valores mobiliários de qualquer empresa integrada no Grupo Banif.

##### **Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques**

Em 31 de Dezembro de 2009 era titular de 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA, 1 acção da Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A. (acções preferenciais nominativas sem direito a voto) e 1 acção da Banif Gestão de Ativos (Brasil) – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., bem como 50 obrigações perpétuas subordinadas do Banif – Banco de Investimento, S.A..

Não possuiu durante o ano de 2009, nem transaccionou nesse ano, quaisquer outras acções ou outros valores mobiliários de qualquer empresa integrada no Grupo Banif.

##### **Dr. Carlos Alberto Rodrigues Ballesteros Amaral Firme**

Em 31 de Dezembro de 2009, não era titular, nem possuiu durante o ano de 2009, quaisquer acções ou obrigações da Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., ou de qualquer sociedade com a qual esta esteja em relação de domínio ou de grupo.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Jm', 'AB', 'PAC', and a large 'X'.

### **Dr. Luís Filipe Saramago Carita**

Em 31 de Dezembro de 2009, não era titular, nem possuiu durante o ano de 2009, quaisquer acções ou obrigações da Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., ou de qualquer sociedade com a qual esta esteja em relação de domínio ou de grupo.

### **Dr. Carlos Eduardo Pais e Jorge**

Em 31 de Dezembro de 2009, não era titular, nem possuiu durante o ano de 2009, quaisquer acções ou obrigações da Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., ou de qualquer sociedade com a qual esta esteja em relação de domínio ou de grupo.

### **Dr. Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos**

Em 31 de Dezembro de 2009, não era titular, nem possuiu durante o ano de 2009, quaisquer acções ou obrigações do Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., ou de qualquer sociedade com a qual esta esteja em relação de domínio ou de grupo.

### **Dr. Pedro Brandão Melo Castro**

Em 31 de Dezembro de 2009, não era titular, nem possuiu durante o ano de 2009, quaisquer acções ou obrigações da Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., ou de qualquer sociedade com a qual esta esteja em relação de domínio ou de grupo.

## **Valores Mobiliários detidos em 31 de Dezembro de 2009 e transacções efectuadas pelo Fiscal Único da Sociedade**

### **Dr. Manuel Luís Fernandes Branco**

Em 31 de Dezembro de 2009, não era titular, nem possuiu durante o ano de 2009, quaisquer acções ou obrigações da Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., ou de qualquer sociedade que com ela esteja em relação de domínio ou de grupo.

## **Valores Mobiliários da Banif Açor Pensões, detidos em 31 de Dezembro de 2009 pelos Membros do Conselho de Administração e Fiscalização da Sociedade**

Em 31 de Dezembro de 2009, os Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização não eram titulares, nem possuíam durante o ano de 2009, quaisquer acções ou obrigações da Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.



## **Cargos desempenhados noutras Sociedades do Grupo Banif pelos Membros do Conselho de Administração em 31 de Dezembro de 2009**

O **Senhor Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes** exercia igualmente os cargos de:

### **Presidente do Conselho de Administração**

Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.  
Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.  
Banif Multifund, Ltd.  
Banif International Asset Management, Ltd.  
Banif Securities, Inc.  
Banif Securities Holdings, Ltd.  
Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.  
Econofinance, S.A.  
Banif Gestão de Ativos (Brasil) – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.  
Inverpyme SCR de Régimen Comum, S.A.  
EcoProgreso Trading, S.A. (exercício de funções condicionado à não oposição do Banco de Portugal)

### **Presidente da Comissão Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração**

Banif - Banco de Investimento, S.A.  
Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A.

### **Vice-Presidente do Conselho de Administração**

Centro Venture – Sociedade de Capital de Risco, S.A.

### **Vogal do Conselho de Administração**

Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.  
Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.  
Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A.  
Banif SGPS, S.A.  
Banif Investimentos – SGPS, S.A.  
Banif Financial Services Inc.  
Fomentinvest – SGPS, S.A.  
Banif Bank Malta PLC

Exercia, ainda, à data de 31 de Dezembro de 2009, em representação do Banif – Banco de Investimento S.A., as funções de Vogal da Direcção da Câmara de Comércio e Industria Luso – Brasileira.

O **Senhor Dr. Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques** exercia igualmente os cargos de:

### **Presidente do Conselho de Administração**

GestArquipark – Sociedade Imobiliária, S.A.

### **Vice-Presidente do Conselho de Administração**

Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.  
Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.  
Aplicação Urbana XIII Investimento Imobiliário, S.A.  
Aplicação Urbana XIV Investimento Imobiliário, S.A.  
GCC Lisboa – Gestão de Centros Comerciais, S.A.



**Vice-Presidente da Comissão Executiva e Vogal do Conselho de Administração**  
Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A.

**Vogal do Conselho de Administração**

Banif – Banco de Investimento, S.A.  
Banif International Asset Management, Ltd.  
Banif Multifund, Ltd.  
Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A.  
Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A.  
Banif Gestão de Ativos (Brasil) – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento  
Mobiliário, S.A.  
Inverpyme SCR de Régimen Comum, S.A

Exercia, ainda, à data de 31 de Dezembro de 2009 em nome próprio, as funções de Presidente do Conselho de Administração da APAF – Associação Portuguesa de Analistas Financeiros.

**O Senhor Dr. Carlos Alberto Rodrigues Ballesteros Amaral Firme** exercia igualmente os cargos de:

**Vogal do Conselho de Administração**

Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.  
Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. (exercício de funções condicionado à não oposição do Banco de Portugal)

**O Senhor Dr. Luís Filipe Saramago Carita** exercia igualmente os cargos de:

**Vogal do Conselho de Administração**

Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.  
Banif Real Estate Polska, Limited Liability Company  
Aplicação Urbana XIII Investimento Imobiliário, S.A.  
Aplicação Urbana XIV Investimento Imobiliário, S.A.  
GCC Lisboa – Gestão de Centros Comerciais, S.A.  
GestArquipark – Sociedade Imobiliária, S.A.

Exercia, ainda, à data de 31 de Dezembro de 2009, em nome próprio, as funções de Gerente da Pedidos Liz – Investimento Imobiliários, Lda e da Tiner Polska.

**O Senhor Dr. Carlos Eduardo Pais e Jorge**, exercia igualmente os cargos de:

**Vogal do Conselho de Administração**

Banif – Banco de Investimento, S.A.  
Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.  
Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.  
Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.  
Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.  
Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A.  
Banif Securities, Inc.  
Banif Multifund, Ltd. (exercício de funções condicionado à não oposição do Banco de Portugal)  
Banif International Asset Management, Ltd. (exercício de funções condicionado à não oposição do Banco de Portugal)  
EcoProgresso Trading, S.A. (exercício de funções condicionado à não oposição do Banco

de Portugal)  
GestArquipark – Sociedade Imobiliária, S.A.

O **Senhor Dr. Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos**, exercia igualmente os cargos de:

**Vogal do Conselho de Administração**

Banif – Banco de Investimento, S.A.  
Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.  
Banif Multifund, Ltd. (exercício de funções condicionado à não oposição do Banco de Portugal)  
Banif International Asset Management, Ltd. (exercício de funções condicionado à não oposição do Banco de Portugal)

O **Senhor Dr. Pedro Brandão Melo Castro**, exercia igualmente o cargo de:

**Vogal do Conselho de Administração**

Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

## **Cargos desempenhados noutras Sociedades pelo Fiscal Único da Sociedade em 31 de Dezembro de 2009**

O **Senhor Dr. Manuel Luís Fernandes Branco** exercia igualmente os cargos de:

**Fiscal Unico Efectivo**

InvestaÇor, SGPS, S.A..  
InvestaÇor Hoteis, S.A.  
Hotel Pico, S.A.  
Turotel – Turismo e Hoteis dos Açores, S.A.  
AÇortur – Investimentos Turisticos dos Açores, S.A.



*Handwritten notes and signatures:*  
 Jm.  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]  
 AS  
 PNC  
 [Signature]

**II Informação nos termos do Artº 448º do Código das Sociedades Comerciais**

Lista de Accionistas a que se refere o n.º 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, com referência a 31 de Dezembro de 2009

Titularidade	Acções Detidas	%
Banif Banco de Investimento, S.A.	189.000	51,08%
Companhia de Seguros Açoreana, S.A.	108.000	29,19%
Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	40.000	10,81%

***III Remuneração dos Órgãos de Gestão e de Fiscalização,  
Informação nos termos do Artigo 3º da Lei nº 28/2009  
de 19 de Junho***

Dando cumprimento ao disposto no Artigo 3º da Lei nº 28/2009 de 19 de Junho, informa-se que os membros do órgão de administração da sociedade Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. não auferem qualquer remuneração, fixa ou variável.

Em relação ao órgão de fiscalização da sociedade, constituído por um Fiscal Único, o mesmo auferiu em 2009 uma remuneração no montante de € 7.011,00.

*Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including 'Jm', 'AS', 'PAC', and a large 'X'.*

## **Relatório e Parecer do Fiscal Único**

### **Certificação Legal das Contas**

**RELATÓRIO E PARECER  
DO FISCAL ÚNICO**

Senhores accionistas,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração de variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa e o respectivo Anexo da **BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.**, respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório.

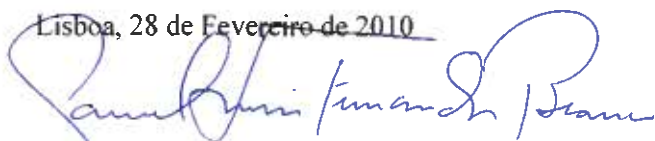
1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da actividade da **BANIF AÇOR PENSÕES**, tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da **BANIF AÇOR PENSÕES**.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e reflectem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. Os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas são os constantes do Anexo ao Balanço

e à Demonstração dos Resultados e correspondem à correcta avaliação do património social.

6. Em face do que antecede, somos de somos de parecer que:

- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração de variações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2010



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC n.º 652)



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de balanço de 4.154.214 euros e um total de capital próprio de 3.793.164 euros, incluindo um resultado líquido de 131.506 euros), a Demonstração dos resultados, Demonstração de variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa no exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de

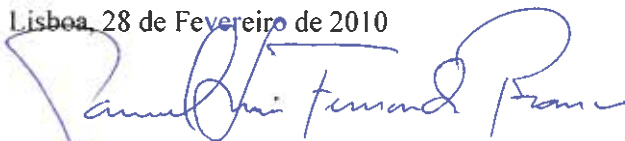
Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.** em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2010



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
representada por Manuel Luis Fernandes Branco (ROC nº 652)